

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O PROCESSO DE IMPOSIÇÃO DA TOPONÍMA NO RECÔNCAVO DA
GUANABARA NO PERÍODO COLONIAL**

POR: RAFAEL LUIZ LEITE LESSA CHAVES

OUTUBRO/2008

AGRADECIMENTOS

Devemos mostrar nossa gratidão ao CNPq pela contribuição material que possibilitou o desenvolvimento da presente dissertação. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ e aos funcionários das bibliotecas do PPGG, Central do CCMN, da Faculdade de Letras, do Itamaraty, da Biblioteca Nacional e da Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército.

Ao professor Mauricio Abreu agradeço o apoio e a confiança recebidos nos últimos seis anos, e principalmente, pelo exemplo de ética e honestidade no desenvolvimento de pesquisas científicas.

Agradeço aos amigos do Núcleo de Pesquisa em Geografia Histórica, Bruno Rossato, Alexandre Chaves, Rafael Straforini, Vítor Alves, Deborah Fontenelle, Tamer Castro. Agradeço especialmente a Renato Frias pela ajuda na leitura de alguns mapas utilizados, a Marcus Gomes pela revisão do trabalho na etapa final e pelas discussões ao longo do processo de pesquisa; a Marcelo W. da Silva, que acompanhou o desenrolar do trabalho desde a elaboração do anteprojeto, a Leonardo Oliveira e Carlos Saldanha, colegas de mestrado, período no qual desenvolvemos juntos um trabalho sobre a relação espaço-temporal.

Às diversas pessoas que colaboraram indiretamente para este trabalho, porém de forma decisiva ao longo da minha formação, tanto acadêmica quanto pessoal. Aos amigos Thiago Silva, Isabela Castro, Alice Moren, Otto Faber, Manuela Silveira, Maria Rocha, Francine Cavalcanti, Juliana Rodrigues, Viviane Almeida, Yvonne Zahumensky, Sabrina Stegmüller, Eduardo Teixeira, João Neves, Gabriel Reichenheim, Rafael Almeida e Diogo Carvalho, um agradecimento especial.

À minha família, sem a qual nada teria acontecido, a quem devo tudo que consegui na vida. À minha avó pela base material, à minha mãe pelo apoio nos momentos agradáveis e nos difíceis, ao meu tio Eraldo pelos livros, mapas e cd's presenteados. Ao meu pai, que

infelizmente não pôde presenciar a conclusão de mais essa etapa. Agradeço à Joice, com quem inicio uma nova família, por todo amor e carinho que me presenteia diariamente.

ÍNDICE

ÍNDICE DE MAPAS	5
ÍNDICE DE TABELAS	6
1 – INTRODUÇÃO	7
1.1 – Apresentação do tema	9
2 – METODOLOGIA GERAL	11
2.1 - Referenciais teórico-conceituais	12
2.1.1 – Território	13
2.1.2 – Toponímia	23
2.1.3 - Forma simbólica	36
2.1.4 - Métodos de análise do “presente de então”	38
2.2 – Levantamento e tratamento dos dados	48
2.2.1 – Fontes primárias	48
2.2.1 – Fontes secundárias	55
3 – A IMPOSIÇÃO DA TOPONÍMIA NA BAÍA DE GUANABARA	58
3.1 – Reconhecer e inventariar	58
3.2 – Colonização de fato	62
3.3 – Interiorização da colonização de fato.....	75
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
8 – BIBLIOGRAFIA UTILIZADA	80
9 – ANEXOS	83

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1

Terra Brasilis 49

Mapa 2

Destricto do Rio de Janeiro 50

Mapa 3

Aparência do Rio de Janeiro 51

Mapa 4

Topographica do Rio de Janeiro e sua indicação 52

Mapa 5

Capitania do Rio de Janeiro – Distribuição de sesmarias (1565 – 1566) 56

Mapa 6

Capitania do Rio de Janeiro – Distribuição de sesmarias (1565 – 1566) 66

Mapa 7

Capitania do Rio de Janeiro – Distribuição de sesmarias (1567 – 1600) 69

Mapa 8

Capitania do Rio de Janeiro – Distribuição de sesmarias (1565 – 1600) 72

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1

**Tabela dos topônimos utilizados no mapa "Destricto do Rio de Janeiro",
produzido por João Teixeira Albernaz, "o Velho" em 1631 83**

Tabela 2

**Tabela dos topônimos utilizados no mapa "Aparência do Rio de Janeiro",
confeccionado por Teixeira Albernaz, "o Moço" em 1666 84**

Tabela 3

**Tabela dos topônimos contidos no mapa: Topographica do Rio de Janeiro e sua
indicação, produzido por Leão Manuel Vieira, cerca de 1790 85**

Tabela 4

**Tabela dos topônimos utilizados para a apropriação jurídica da
Capitania do Rio de Janeiro 1565 – 1566 92**

Tabela 5

**Tabela dos topônimos utilizados para a apropriação jurídica da
Capitania do Rio de Janeiro 1566 – 1600 94**

Tabela 6

Sesmarias concedidas no Rio de Janeiro pelo capitão-mor de São Vicente 99

Tabela 7

**Tabela das datas de fundação / elevação das paróquias e freguesias no
Rio de Janeiro 100**

1 – Introdução

Nomear lugares é muito mais do que uma simples atribuição de nomes; é “materializar” o sentimento que um lugar é uma entidade que possui uma individualidade que a distingue de outros lugares, e isso ocorre baseado na sensação de que um lugar é útil e vale a pena ser nomeado.

Ao se nomear uma área, esta deixa de ser um simples pedaço da superfície terrestre, ou apenas um ponto no mapa; transforma-se em um espaço com significado. Um topônimo também é a expressão da intencionalidade de um grupo em demonstrar a territorialização de determinada área. Podemos dizer que os topônimos têm função semelhante à dos pelourinhos, de símbolo demarcador do domínio territorial.

No período inicial de consolidação do território colonial português na América, foi necessário fazer o registro das novas terras. Uma das formas utilizadas foi a produção de mapas, que além de representarem graficamente as características espaciais dos novos domínios, eram um importante veículo de comunicação. Num período de intensa disputa entre coroas européias pelo domínio das terras americanas, o ato de grafar, em idioma português, os nomes das áreas conquistadas nos mapas, era uma clara comunicação do domínio sobre o território.

Entre 1500 e 1530, os portugueses batizaram a costa do que é hoje o território brasileiro seguindo o calendário hagiológico, ou seja, baseando-se exclusivamente nas suas próprias referências culturais. A partir de 1530, com o início da colonização, que necessariamente implicava em maior convivência – hostil ou não – com os indígenas, os portugueses começaram, então, a utilizar bastante a toponímia autóctone. Ao longo do processo de apropriação de fato do território costeiro, decorrido principalmente nos dois primeiros séculos do período colonial, esses topônimos indígenas foram, em parte, desaparecendo, dando lugar a topônimos europeus ou híbridos.

Pretendemos, com a presente dissertação de mestrado, compreender o processo, variável ao longo do tempo, de nomeação das novas áreas conquistadas, uma das feições espaço-político-culturais presentes na conquista e apropriação colonial brasileira. Este processo ocorreu por vezes atribuindo-se um topônimo europeu, outras vezes utilizando-se um topônimo indígena; houve, também casos em que fundiu-se o idioma europeu com o indígena em um mesmo topônimo. A identificação destas formas

de denominação de lugares é esclarecedora para a compreensão do papel da cultura indígena no período da apropriação territorial da colônia pelos portugueses.

Analisaremos a utilização/imposição de topônimos na capitania do Rio de Janeiro no período colonial, observando a matriz cultural utilizada na denominação, para assim demonstrar que a troca de matrizes ocorre em decorrência da história dos lugares, ou seja, com o estabelecimento efetivo dos lusitanos na terra, ou em função da importância estratégica de determinados lugares. Para a operacionalização deste projeto, serão observados, para o período estudado, os nomes que constam de mapas históricos, e aqueles citados nas cartas de sesmaria concedidas no recôncavo da Guanabara.

O objetivo desta pesquisa é compreender o porquê da presença de nomes de elementos onomásticos tanto em língua autóctone, quanto em idioma português na toponímia fluminense. Pretende-se também demonstrar que o processo de imposição da toponímia ao território colonizado foi bastante complexo, e como este se deu ao longo da história colonial na Capitania do Rio de Janeiro, para então analisarmos as relações e interações culturais entre estrangeiros e nativos, e entre estrangeiros e a terra, através do processo de apropriação territorial da capitania do Rio de Janeiro pelos portugueses, a partir do século XVI até o início do século XIX.

Ambicionamos explicitar que a evolução do nome dos lugares acompanha de perto a história dos lugares, pois, como já demonstrado em trabalho anterior, especificamente para o caso da Capitania do Rio de Janeiro no século XVI (CHAVES, 2007), as áreas estrategicamente posicionadas são batizadas pelos descobridores ou pelos ocupantes de altos postos da burocracia portuguesa, ou seja, aqueles que não têm (ou têm muito pouco) contato com o meio local. Como exemplo, podemos citar os acidentes geográficos, que recebiam os nomes atribuídos pelos capitães das naus, e as vilas fundadas (e batizadas) pelos governadores gerais; ao passo que as áreas posteriormente ocupadas possuem em grande parte os topônimos indígenas, pois em muitos casos, é destes a logística utilizada para tal conquista, como é o caso dos arraiais fundados por bandeirantes (WEHLING, 1994). Procura-se então observar até que ponto prevaleceu a cultura européia e até que ponto a cultura indígena foi absorvida; e de que forma o elemento cultural indígena, a toponímia autóctone, foi utilizado pelo colonizador.

1.1 – Apresentação do tema

Do esforço de se produzir representações espaciais das informações coletadas de variadas fontes sobre as sesmarias na Capitania do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII, junto com o professor Mauricio Abreu, surgiram os mapas conjecturais publicados por este autor (ABREU, 2003). Percebeu-se, nessa atividade, que os topônimos utilizados para o referenciamento das áreas concedidas pelo governador geral poderiam ser divididas em três tipos, que consideraremos como categorias, são eles os topônimos baseados na língua autóctone, os baseados na língua estrangeira (a maioria em português, porém também ocorrem alguns casos em francês) e os casos de hibridização dos idiomas português e indígena. Esta ocorrência despertou nossa curiosidade e, partindo de um olhar um pouco mais atento, pudemos perceber que alguns padrões de distribuição espacial das categorias turvamente se delineavam. Tivemos uma primeira impressão de certa concentração dos topônimos europeus na área correspondente aos assentamentos portugueses e suas cercanias, enquanto praticamente todo resto do território da capitania era referenciado por topônimos indígenas.

Iniciamos, então, uma reflexão acompanhada de pesquisa bibliográfica sobre o tema Toponímia. Chegamos à hipótese de que a atribuição de nomes aos lugares, por mais que pareça ser uma atividade básica de qualquer grupo humano, sedentário ou nômade, revela profundas relações entre a sociedade e a área por ela batizada. No caminho planejado para verificarmos a validade desta hipótese, não pretendemos nos ater aos significados etimológicos dos topônimos, tampouco refletiremos sobre a motivação da atribuição deste ou daquele nome. Concentrar-nos-emos nos nomes de lugares enquanto formas simbólicas imateriais.

Como podemos ver no trabalho de Abreu sobre a apropriação do Rio de Janeiro pelos portugueses (ABREU, 2003), houve diversas dimensões da apropriação territorial. Assim como este autor nos mostra a dimensão jurídica e a dimensão da ocupação presencial, ou seja, a apropriação de fato, nós pretendemos mostrar um dos elementos do processo de apropriação simbólica¹, para assim tentarmos compreender um pouco melhor a relação entre o colonizador e a colônia e as interações culturais ocorridas entre os europeus e os povos indígenas.

¹ Entendemos apropriação simbólica como a atribuição de significado à forma em questão.

Quando os nomes dos lugares aparecem grafados em idioma português, eles nos revelam a autoridade deste povo sobre o território, porém quando verificamos a presença de topônimos grafados na língua indígena, isso não significa que estes são os detentores da autoridade territorial, tampouco é uma homenagem dos estrangeiros e seus descendentes aos povos nativos; menos ainda poderíamos dizer que nos lugares com nomes que utilizam palavras nos dois idiomas existe um equilíbrio de poder. Estas considerações nos obrigam a refinar a forma de pensar o processo de batismo do território e a utilização dos topônimos pré-colombianos no período da colonização portuguesa.

2 – Metodologia Geral

Como podemos fazer uma abordagem geográfica da Toponímia sem cair no campo da etimologia ou da antropologia? Propomos que, para esta tarefa, nenhuma outra área do conhecimento geográfico seria mais eficaz do que a Geografia Cultural Histórica, pois não se trata aqui de fazer uma análise do significado das palavras, e menos ainda de uma simples observação de sua distribuição espacial. Pretendemos, através de uma análise diacrônica, utilizar as categorias de análise geográfica, que são atemporais, para compreender a divisão em três categorias do objeto simbólico não material que compõe o espaço geográfico de um “presente de então” (ABREU, 2000), e as ações relacionadas à sua produção, que nos revelará complexas relações entre o colonizador, o autóctone e o território.

Operacionalizamos a nossa análise observando o fenômeno na área do recôncavo da Guanabara na capitania do Rio de Janeiro no período colonial, nosso recorte temporal, que se inicia com a chegada dos portugueses na área de estudo, estende-se até a chegada da família real portuguesa em 1808. Investigaremos a origem étnica dos topônimos utilizados pelos colonizadores nas diferentes etapas do processo de conquista e apropriação do território em questão. Iniciaremos nosso trabalho identificando que tipo de topônimos foram utilizados pelos europeus, e a quais objetos geográficos eles se referiam no período inicial da colonização, quando ainda não havia a fixação populacional européia. O segundo período trata da atribuição dos nomes na escala local, isto só ocorre após 1565 com a conquista portuguesa da baía de Guanabara, veremos que além das formas naturais do interior, localidades também começam a receber nomes próprios. O terceiro período é o da colonização de fato, que sucede ao da conquista, este também será o período da interiorização da colonização, assim pretendemos interpretar a relação entre a identificação do *novo povo* com o *novo território*.

A metodologia utilizada neste trabalho segue cinco etapas. São elas: a fundamentação teórico-conceitual sobre a definição das categorias de análise geográfica de território e de lugar, os conceitos de toponímia e de forma simbólica; a definição e contextualização dos recortes temporais utilizados, justificados pelos procedimentos de análise da geografia histórica; o levantamento dos dados nas fontes primárias e secundárias; o tratamento dos dados encontrados, que consiste na tabulação, criação de gráficos e mapeamento dos dados; e, finalmente, a análise do material produzido.

2.1 – Referenciais teórico-conceituais

Por abordarmos um complexo fenômeno de múltiplas dimensões, se faz necessário o emprego das ferramentas analíticas adequadas à nossa tentativa de tornar a realidade inteligível através do método científico. Essas ferramentas devem ser capazes de dar conta às questões pertinentes à investigação. Quando Paul Claval nos diz que “nomear os lugares é impregná-los de cultura e poder” (Claval, 2001, p. 202), ele nos dá uma grande pista do caminho a ser trilhado. Ao refletirmos sobre essa frase, encontramos os conceitos a serem utilizados para balizar nossa investigação.

Na citada sentença, temos o “lugar” figurando como objeto, aquele que recebe a ação dos verbos presentes. No contexto do qual a afirmação foi retirada este não se refere ao conceito de *lugar*, mas sim a uma determinada área no espaço. Desta forma, nomear parcelas do espaço é o mesmo que impor-lhes a cultura e o poder de determinado grupo, sendo que essa ação só se torna possível diante do domínio territorial. Deste modo, nos apoiaremos sobre as obras de Haesbaert (2004), Souza (2000), Sack (1983) e Raffestin (1993) para explicitarmos o conceito de “território” adotado nessa dissertação. Após tentarmos compreender as condições necessárias para o batismo dos lugares (o domínio territorial), nos indagamos sobre as razões e a importância da diferenciação entre áreas, através dos nomes e as vias que a toponímia foi abordada por alguns estudiosos, dentre eles geógrafos, cartógrafos, linguistas e antropólogos. A este levantamento bibliográfico, traremos a nossa interpretação da toponímia como uma forma simbólica não material, baseando-nos nas discussões presentes no âmbito da Geografia Cultural Renovada. Por tratarmos de caso empírico ocorrido em tempo pretérito, se faz necessária a revisão da metodologia aplicada pela Geografia Histórica, para não incorrerem em distorções analíticas graves.

2.1.1 – Território e Territorialidade

No intento de solidificarmos nossa análise, recorreremos aqui a alguns autores para a delimitação do conceito de território, através do qual pretendemos interpretar parte da dinâmica do fenômeno estudado. Iniciaremos nossa investigação levando em conta o sistemático estudo sobre as vertentes básicas de abordagem do território no seio da geografia e suas fundamentações filosóficas feito por Haesbaert (2004), para citar as múltiplas possibilidades de aplicação do conceito de território. Seguiremos ressaltando os pontos que mais nos interessam nas obras selecionadas de Raffestin e Sack, os quais se dedicaram ao estudo do território e da territorialidade. Encerraremos esta seção demonstrando a utilidade do conceito de território para a abordagem e a via de interpretação que pretendemos aplicar ao fenômeno observado.

Tanto Souza (2000), para falar sobre Autonomia e Desenvolvimento, quanto Haesbaert (2004) para dissertar sobre a Desterritorialização, nos oferecem relatos dos caminhos trilhados pelo conceito de território, através das variadas ciências e correntes que dele se apropriaram. Ao afirmar que:

“Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizer respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva” (HAESBAERT, 2004. p. 37), Haesbaert introduz seu texto sobre a “amplitude do conceito”, no qual discorre sobre a utilização do conceito pela Ciência Política, Economia, Antropologia, Sociologia, Psicologia e pelas múltiplas abordagens internas à Geografia, estas o autor agrupa em quatro “vertentes básicas”:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

- (...) natural(ista), mais antiga e pouco veiculada nas Ciências Sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações

entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.” (HAESBAERT, 2004. p. 40).

Haesbaert, para melhor demonstrar as variadas possibilidades de aplicação do conceito, organiza o raciocínio partindo de um patamar mais amplo, e divide as múltiplas abordagens baseando-se nas fundamentações filosóficas das quais emergem. Obteve, então, dois grupos de conceitualização de território, aqueles que têm como apoio:

“a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos ‘parcial’ de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a ‘natural’, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva ‘integradora’ de território, na resposta a problemáticas que, ‘condensadas’ através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.” (HAESBAERT, 2004. p. 41).

No citado grupo, o autor destaca as abordagens de “território nas perspectivas materialistas”, e afirma que:

“Entre as posições materialistas, temos, num extremo, as posições naturalistas, que reduzem a territorialidade ao seu caráter biológico, a ponto de a própria territorialidade humana ser moldada por um comportamento instintivo ou geneticamente determinado. Num outro extremo, encontramos, totalmente imersos numa perspectiva social, aqueles que como muitos marxistas, consideram a base material, em especial as ‘relações de produção’, como o fundamento para compreender a organização do território. Num ponto intermediário, teríamos, por exemplo, a leitura do território como fonte de recursos.” (HAESBAERT, 2004. p. 44).

Haesbaert investiga, também, o “Território nas perspectivas idealistas”, e mostra que podemos encontrar:

“alguns autores que enfatizam mais abertamente a perspectiva ideal-simbólica do território. (...) Para estes autores, há um enfrentamento, hoje, entre a lógica funcional estatal moderna e a lógica identitária pós-moderna, contraditórias, reveladora de dois sistemas de valores e de duas éticas distintas frente ao território. Embora não seja uma simples questão de mudança de escala, também há uma revalorização da dimensão local. O território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico.” (HAESBAERT, 2004. p. 71).

Já com o “território numa perspectiva integradora”, temos um debate:

“que envolve a leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político,

econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). O território, assim, desempenharia um pouco o papel que cabia à região como grande conceito integrador na perspectiva da Geografia clássica.” (HAESBAERT, 2004. p. 74).

Para melhor compreendermos a abordagem dada pela geografia à noção de território citada, não se pode abrir mão das palavras de Souza. Este nos diz que:

“O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade (...). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta –, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade *sócio-espacial*, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território, e por tabela, com o poder controlador desse território (...), esse tipo de território sempre foi associado, no âmbito de um discurso evidentemente ideológico, em primeiro lugar ao recorte do ‘território nacional’, ou seja, do Estado-Nação.” (SOUZA, 2000. p. 84).

Retomamos agora o outro grupo da divisão de Haesbaert, cujos fundamentos filosóficos se assentam no:

“b) binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como ‘coisa’ ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s).” (HAESBAERT, 2004. p. 41).

Nessa perspectiva, o autor trata o caráter absoluto:

“tanto no sentido idealista de um *a priori* do entendimento do mundo, como na visão kantiana de um espaço e tempo, quanto no sentido materialista mecanicista de evidência empírica ou ‘coisa’ (objeto físico, substrato material), dissociada de uma dinâmica temporal. Território construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, para muitos autores, de relações de poder.” (HAESBAERT, 2004. p. 80).

Podemos assim concordar com Haesbaert ao afirmar que:

“que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx. Além disso, outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não implica uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou ‘fronteira’” (HAESBAERT, 2004. p. 82).

Em consonância com Haesbaert, contamos com uma obra que, possivelmente, é uma das que mais influenciam a formação dos novos geógrafos brasileiros, pois a maioria dos estudantes de graduação em Geografia tem contato com o livro “Geografia: Conceitos e Temas” ainda no primeiro ano do curso. Nessa obra, um dos capítulos é de autoria do professor Marcelo Lopes Souza. No dito texto o autor aponta uma abordagem, na qual:

“o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade (...). Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (...), podem (...) formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simples anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular, mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo.” (SOUZA, 2000. p. 86 - 87).

Haesbaert tece comentários sobre as obra dos geógrafos Claude Raffestin e Robert Sack, duas referências fundamentais na perspectiva relacional do território, pois:

“Dentre as diversas definições de território, como já vimos, as mais difundidas e que marcam a tradição do conceito são aquelas que enfatizam sua ligação com relações de poder, ou seja, a sua dimensão política. Claude Raffestin, em *Pour une Géographie du Pouvoir* (editado na França em 1980 e em 1993 no Brasil), e Robert Sack, em *Human Territoriality* (editado na Inglaterra em 1986), são dois autores fundamentais dentro deste enfoque, mas que não ignoram a interseção com as dimensões econômica e cultural da sociedade” (HAESBAERT, 2004. p. 83).

Ao comparar as concepções de território de Sack e Raffestin, Rogério Haesbaert pontua que ao contrário da ênfase na “semiologização” do território dada por Raffestin, que exploraremos mais adiante, Robert Sack se concentra em uma perspectiva mais focada na materialidade, portanto:

“Para Sack, a noção de territorialidade (que ele utiliza de forma muito mais freqüente do que território) é mais limitada: a territorialidade,

esta 'qualidade necessária' para a construção de um território, é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais, trata-se, simplificando, do controle de pessoas e/ou recursos pelo controle de uma área.” (HAESBAERT, 2004. p. 85-86).

Assim, como anunciado no título de seu livro, o autor estabelece uma profunda reflexão sobre a *territorialidade*, e formaliza uma definição para esta, afirmando ser a territorialidade:

“definida como a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e fazendo valer controle sobre uma área geográfica.”² (SACK, 1983, p. 19).

Logo a área em questão é o território. Desta forma, o autor propõe que:

“Diferentemente de muitos lugares comuns, territórios demandam esforço constante para se estabelecerem e se conservarem. Eles são o resultado de estratégias para afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações.”³ (SACK, 1983. p. 19).

Para definir a territorialidade, Sack esclarece as propriedades básicas do território, argumentando que este:

“pode ser usado para conter ou restringir, assim como para excluir, e os indivíduos que exercem o controle sobre aquele, não necessitam estar dentro do território. De fato, eles não precisam estar em nenhum lugar perto do mesmo. Um muro ou cerca podem controlar, assim também pode uma placa de 'não ultrapasse'; [A]s fronteiras de um território e os recursos através do qual eles são comunicados não são inalteráveis; (...) A maioria dos territórios tendem a ser fixos no espaço geográfico, porém alguns podem se mover. (...)”⁴

As colaborações de Sack nos trazem a possibilidade de alargarmos a amplitude da escala na qual pensamos as relações sociais intermediadas pelo espaço, assim como identificam que a territorialidade é exercida com diferentes intensidades, e consideram

² “(...) be defined as the attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area.” (SACK, 1983, p. 19).

³ “Unlike the many ordinary places, territories require constant effort to establish and maintain. They are the result of strategies to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships” (SACK, 1983, p. 19).

⁴ “Territory can be used to contain or restrain as well as to exclude, and the individuals who are exercising control need not be inside the territory. (...) [T]he boundaries of a territory and the means by which they are communicated are not unalterable.

que a territorialidade, enquanto estratégia de relação de poder, tem a capacidade de ser ativada ou desativada, rompendo assim com a noção da “estabilidade” dos territórios.

Se os geógrafos Marcelo Souza e Rogério Haesbaert têm leituras convergentes sobre as proposições de Robert Sack, o mesmo já não acontece sobre a perspectiva de território proposta por Raffestin. Souza diz que Raffestin:

“pretendeu desenvolver uma abordagem *relacional* adequada à sua Geografia do Poder, entendida de modo frutiferamente mais abrangente do que como uma Geografia do Estado. Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território *não* é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial.*” (SOUZA, 2000. p. 97).

Porém Haesbaert propõe uma leitura diversa, pois ressalta que para Raffestin “o espaço pode ser um ‘trunfo’ e o território, “o campo de ação dos trunfos” (HAESBAERT, 2004. p. 81). Nossa leitura de Raffestin se aproxima da interpretação de Haesbaert, pois vemos que para o geógrafo francês:

“O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, e o território é a prisão que os homens constroem para si.” (RAFFESTIN, 1993. p. 143).

Apoiaremos-nos, portanto, nas proposições do autor para legitimarmos metodologicamente a análise proposta nessa dissertação. Não podemos deixar de ressaltar que o autor trata do sistema territorial, ponderando que:

“Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede. (...) Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar integração e a coesão dos territórios” (RAFFESTIN, 1993. p. 150-151).

Para o autor:

“O sistema é tanto um meio como um fim. Como meio, denota um território, uma organização territorial, mas como fim conota uma ideologia

da organização. É portanto, de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidade das estratégias. Toda combinação territorial cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos. Como objetivo, o sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio, pode ser decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarreta para os atores. O sistema territorial é, portanto, produto e meio de produção” (RAFFESTIN, 1993. p. 158).

Vejamos agora como pretendemos observar a imagem do fenômeno proposto⁵, através dos “princípios de leitura” oferecidos por Raffestin para os três subconjuntos estruturais que compõem o sistema territorial.

O primeiro subconjunto abordado por Raffestin, é o de tessitura, sobre o qual diz que:

“a tessitura é a projeção de um sistema de limites ou de fronteiras, mais ou menos funcionalizadas. A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que são limitados às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes.” (RAFFESTIN, 1993. p. 154).

Podemos, portanto, pensar a nossa área de estudo como a tessitura eleita para a observação do fenômeno proposto, pois nela se projeta um sistema de fronteiras estabelecido entre os diferentes grupos que visam o controle territorial, em nosso caso, nativos e europeus. Essa também é um enquadramento do poder lusitano de legitimar a toponímia utilizada. Sua escala determina a escala dos poderes da capitania do Rio de Janeiro. Temos diversos poderes atuando sobre a mesma tessitura, o poder central português, o poder local e o poder indígena. Finalmente, o recôncavo da baía de Guanabara no período colonial exprime a área de exercício do poder português de ordenar os objetos no espaço assim como impor a toponímia.

O autor nos lembra que “toda tessitura implica na noção de limite. Aqui também se descobre que a noção de limite é um dos componentes gerais de toda prática, não somente espacial. (...) Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação (...). Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa” (RAFFESTIN, 1993. p. 153).

⁵ “A imagem sendo a forma assumida pela estrutura manipulada por um sistema de objetivos intencionais e de ações” (RAFFESTIN, 1993. p. 152).

Desta forma, vemos que o território da capitania do Rio Janeiro tem seu limite expresso na relação que o grupo mantém com determinadas porções do espaço, relações que podem ser verificadas nos nomes utilizados para o referenciamento dos lugares. Veremos adiante, que o tipo de relação do grupo estrangeiro com o espaço, pode resultar em novos topônimos em português, ou na permanência dos antigos topônimos nativos.

O seguinte subconjunto proposto por Raffestin trata dos nós. Para o autor:

“[Nos] conjuntos de pontos, que também reagrupam indivíduos ou grupos, se elabora toda a existência, quer se trate de aldeias, cidades, capitais ou metrópoles gigantes, (...) o ponto é, de certa forma, a expressão de todo ego individual ou coletivo. Locais de poderes, mas também locais de referência, cuja posição se determina de uma forma absoluta ou de forma relativa. É o mesmo que dizer que, enquanto locais de poder, os pontos se definem melhor em termos relativos que em termos absolutos. O que importa saber é onde se situa o Outro, aquele que pode nos prejudicar ou nos ajudar, aquele que possui ou não tal coisa, aquele que tem acesso ou não a tal recurso etc. Os pontos simbolizam a posição dos atores” (RAFFESTIN, 1993. p. 156).

Enquanto símbolos, os pontos são representados por sistemas de códigos inteligíveis ao grupo que utiliza, de forma concreta ou abstrata, os objetos por eles conotados. Quando pensamos o papel dos nomes de lugares num sistema de representação pautado na perspectiva proposta, vemos a toponímia, ou seja, o coletivo dos topônimos utilizados em determinada área, trazer a um primeiro olhar a conotação mencionada e, mais aprofundadamente, a denotação da presença de um poder capaz de selecionar não só o idioma, o sistema de códigos, como também as palavras, os elementos do sistema, que representarão os elementos apreendidos da realidade.

Atingimos agora o último “princípio de leitura” proposto por Raffestin, este se refere às redes, as relações que se estabelecem entre os pontos sobre a tessitura.

“Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação. É uma rede de disjunção.” (RAFFESTIN, 1993. p. 156).

O autor continua:

“Toda rede revela, da mesma forma que as tessituras e a implantação dos pontos, um certo domínio do espaço, um domínio do quadro espaço-temporal, na realidade. Com efeito, é preciso introduzir o

tempo, (...) por causa das redes abstratas, cujos picos podem ser visíveis, mas não os arcos que ligam esses pontos.” (RAFFESTIN, 1993. p. 158).

Desta forma, o ato de atribuir nomes a pontos, é uma forma de desenhar tramas através de um sistema de linhas, pois esta representação é o resultado da aplicação de energia informada. É uma rede abstrata e invisível, pois atua no campo imaterial, a decisão de representar um ponto sobre uma tessitura, destarte, demonstra que o ponto representado se relaciona com o ator agente da representação. Não podemos deixar de dizer que a circulação e a comunicação não devem se confundir, mesmo sendo:

“lícito relacionar a circulação ao ‘significante’ e a comunicação ao ‘significado’, ou seja, todo elemento material é portador de significação e toda significação é ‘materializável’, nem que seja por um ‘grafismo’ ou outro suporte.” (RAFFESTIN, 1993. p. 201).

A contribuição de Raffestin se mostra fundamental para a discussão levantada na presente dissertação. De onde partiria nossa interpretação da relação de cultura e poder entre portugueses e índios, através da observação toponímia utilizada pelos primeiros, sem tomarmos em conta que “[a]o se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993. p. 143)?

Temos agora claro, que o objeto do presente trabalho é, na verdade, uma imagem do processo de territorialização do recôncavo da Guanabara no período colonial pelos portugueses, pois como o “território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993. p. 143), da ação dos portugueses sobre o espaço, resulta o território. Nos deteremos a uma ação, a imposição/utilização da toponímia, que é uma forma de representar o espaço. É também, um objeto de estudo com múltiplos vieses de abordagem, pensamos que uma perspectiva geográfica pode partir de Raffestin quando este afirma que:

“Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. É preciso, pois

compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. Os limites do espaço, são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo. (...) Mas o próprio sistema sêmico é marcado por uma infra-estrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção. Isso é o mesmo que dizer que a representação só atinge no espaço aquilo que é suscetível de corresponder às ‘utilidades’ sociais *lato sensu*. Assim, portanto, a representação compõe o cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder” (RAFFESTIN, 1993. p. 144).

Ao assumirmos que um idioma é um sistema sêmico com todas as suas marcas, e que palavras são códigos, consideramos viável vermos a toponímia como uma forma de representação. Escolhemos tratar a toponímia enfocando a coexistência de dois idiomas no mesmo território, pois assim podemos observar a mudança da língua utilizada, principalmente, por considerar que:

“Cada língua é um instrumento de ação social e, nesse sentido, ela ocupa um lugar especial no campo do poder. Uma opressão lingüística, uma opressão por meio da língua é portanto possível. Essa opressão surge cada vez que uma língua diferente da materna é imposta a um grupo.” (RAFFESTIN, 1993. p. 108).

Podemos deduzir que ao utilizar a toponímia indígena e incorporá-la ao seu sistema de representação do espaço, o português se apropria da representação indígena como um elemento em um novo sistema de representação, que não mais é o português, tampouco o indígena. Pois o novo sistema conta com elementos nativos e seus signos distorcidos, devido a esses elementos permanecerem enquanto forma, porém com conteúdo modificado, não mais como nomes que descrevem o espaço ou remetem a eventos do grupo que os utilizam, mas como simples elementos para referenciamento espacial, ou seja, com uma nova mensagem a transmitir.

2.1.2 – Toponímia

Segundo o geógrafo americano Wilbur Zelinsky: “[o] estudo dos nomes é um empreendimento multifacetado com grandes e excitantes potencialidades intelectuais”.⁶ Essa afirmação atenta para as possibilidades do estudo da toponímia por diversas áreas do conhecimento, pois como diz Corrêa: “[a] toponímia, em realidade, articula linguagem, política territorial e identidade” (CORRÊA, 2003, p. 176). Além das dimensões citadas por Corrêa, não podemos negligenciar o papel dos nomes de lugares no referenciamento espacial das localidades, esta dimensão é a mais utilizada pelos cartógrafos. Visando melhor compreender o tema em sua diversidade de abordagens, buscamos alguns trabalhos que têm a toponímia como tema central ou que a tangenciam ao longo de sua dissertação, verificaremos suas diferentes formas de abordagem e as discussões por eles levantadas, para o que fizemos um sistemático levantamento bibliográfico. Organizamos nossa redação de forma a demonstrar os principais pontos, por nós observados, nos trabalhos dos autores que trataram o tema similarmente.

Basearemos nossa categorização das abordagens, nas principais dimensões da toponímia utilizada na construção dos textos revistos em nosso levantamento bibliográfico. Para chegarmos à nossa proposta de ordenamento do texto, utilizamos a separação em três níveis de significados proposta por Panofsky (2004), pensamos que o primeiro grupo de trabalhos sobre a toponímia dá conta do “tema primário ou natural”, pois nestes estudos os nomes de lugares são “apreendido[s] pela identificação das formas puras” (PANOFSKY, 2004, p. 50), tais como o estudo técnico da toponímia, que se preocupa com a morfologia das palavras, a padronização dos nomes dos lugares, assim como a criação de bancos de dados e georreferenciamento dos topônimos, os autores estão preocupados com o que Panofsky chama de análise “pré-iconográfica”, porquanto a mensagem carregada pelos nomes dos lugares não tem destaque em sua abordagem, neste sentido um nome é um conjunto de letras que representam sons, que por sua vez referem lugares ou objetos no espaço; b) A abordagem da toponímia enquanto vestígio, pode ser vista como a abordagem do “tema secundário ou convencional”, ao observar os nomes de lugares, assim como os artefatos arqueológicos, como uma pista muito útil para desvendar características do passado,

⁶ “The study of names is a many-sided enterprise with great and exciting intellectual potentialities”. (ZELINSKY, W. 1997; p. 465).

seja para confirmar a presença de certos povos em determinadas áreas, para demonstrar ideologias passadas, ou mesmo despertando a curiosidade para estudos da história de alguns lugares, assumindo assim, a tarefa de investigar, comparar e interpretar o significado dos nomes dos lugares e as diferentes versões e visões da sua topogênese. Para contribuir a uma melhor compreensão do espaço passado e presente, vemos que os autores estabelecem uma “análise iconográfica”, esta “pressupõe a familiaridade com temas específicos ou conceitos, tal como transmitidos por fontes literárias, quer obtidos por leitura deliberada ou tradição oral” (PANOFISKY, 2004, p. 58); e no último grupo, c) a toponímia enquanto símbolo, ao qual enquadrámos a presente dissertação, encontramos trabalhos que abordam a dimensão cultural da toponímia, verificando que esse elemento carregado de significado por uma determinada sociedade, é imposto por um grupo que se apropria de um território, baseando-se na sua própria visão de mundo, mesmo que esta seja, em parte, adotada de um outro grupo. Para chegar a este fim, ou seja, fazer uma síntese “iconológica” do fenómeno e apreender o seu significado para determinado grupo cultural, os pesquisadores tal como:

“O historiador de arte terá de aferir o que julga ser o significado intrínseco da obra ou grupo de obras, a que devota sua atenção, com base no que pensa ser o significado intrínseco de tantos outros documentos da civilização historicamente relacionados a esta obra ou grupo de obras quantos conseguir” (PANOFISKY, 2004, p. 58).

a) O estudo técnico da toponímia

No Brasil, as publicações sobre o tema parecem ter início na década de 1910, com o livro de Teodoro Sampaio⁷, que considera: “O problema mais importante, o estudo mais sério e, a meu ver, essencial, é o da identificação histórica do vocábulo ou a restauração de sua grafia primitiva, tal como ela simbolicamente representou, em outro tempo, a palavra falada” (SAMPAIO, 1928, p. 171-172; apud NUNES, 1951, p. 103). Por esta e outras citações presentes no corpo do texto publicado por Nunes, podemos inferir que a preocupação de Sampaio está direcionada à escrita dos termos oriundos da ágrafa língua tupi-guarani.

A mesma preocupação é retomada pelo filólogo José de Sá Nunes no texto publicado em 1951 na Revista Brasileira de Geografia. O autor escreve sobre seus feitos no campo da padronização da ortografia e, no que tange à toponímia brasileira, nos diz que estudou “todos os topônimos brasileiros oriundos do tupi-guarani para serem usados nos mapas e nas publicações do Conselho Nacional de Geografia, fixando numerosas grafias que andavam erradas” (NUNES, 1951, p.104). Nunes nos mostra, também, o que deve ter sido um acalorado debate, contendo ríspidas críticas a outros autores, chegando mesmo a chamar alguns de seus debatedores de “caturras” e “rotineiros”. O autor se mostra um árduo defensor das regras contidas no Acordo Ortográfico de 1945 para a grafia dos fonemas indígenas no idioma português.

Interpretamos que o principal objetivo dos autores mencionados está além da grafia correta dos nomes dos lugares. Parece-nos que o fim a ser atingido é a adaptação do idioma autóctone à escrita do português. Por serem os topônimos brasileiros, em grande parte, palavras da língua tupi-guarani, a proposta de Sampaio e de Nunes é a aplicação das regras ortográficas, também a estas.

O cartógrafo Rodolpho Barbosa em seu texto publicado pela Revista Brasileira de Geografia no ano de 1980, tratou da padronização de nomes geográficos no Brasil. Neste sentido, oferece um breve histórico dos esforços de padronização, citando as instituições criadas para este fim, e conclui que deveria haver uma autoridade única e de jurisdição nacional para a regulação e padronização dos nomes de lugares e que esta deveria ser o IBGE. Seu texto expressa a preocupação com os aspectos técnicos das implicações da ausência desta agência, o que leva a confusões oriundas da miscelânea

⁷ SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. São Paulo: O Pensamento, 1914.

de grafias do mesmo topônimo. O autor comenta que “esta questão se relaciona com a cultura brasileira, a língua portuguesa e a própria unidade nacional, já que os nomes geográficos são partes integrantes da formação de nossa nacionalidade” (BARBOSA, 1980, p. 151), porém não traça nenhuma relação entre os nomes de lugares e estes elementos citados.

Tomamos, também, a definição dos termos “topônimo”⁸ e “toponímia”⁹ contidos na quarta edição (1993) do Dicionário Cartográfico, de Cêurio de Oliveira, publicado originalmente pelo IBGE em 1980, e publicado originalmente em 1980; assim como utilizamos o texto em que Menezes e Santos que dissertam sobre a “geonímia”, termo que propõem seja usado em substituição ao tradicional toponímia¹⁰. Os autores dizem que:

“O termo **geônimo** neste estudo fica então conceituado como: os nomes geográficos identificadores de quaisquer feições geográficas naturais ou antrópicas, recorrentes sobre a superfície terrestre e passíveis de serem georreferenciadas” (MENEZES e SANTOS, 2006, p. 195).

Os autores frisam que esta utilização terminológica pretende salientar a importância do georreferenciamento dos nomes. Segundo afirmam:

“A escolha pelos termos geonímia e geônimo na identificação dos nomes geográficos, deve-se única e exclusivamente pela opção dos autores, em função da ênfase que se deseja dar para a importância do georreferenciamento dos nomes geográficos, singularizando-os no território, e também, possibilitando-lhes uma identificação unívoca sobre a superfície terrestre, passível, portanto, de armazenamento em ambiente de banco de dados geoespaciais.” (MENEZES e SANTOS, 2006; p. 195).

Através dos textos estudados e expostos, tentamos demonstrar a importância dos aspectos técnicos da toponímia, principalmente para o ordenamento desta enquanto sistema de referenciamento espacial. Sabemos que ao se utilizar as coordenadas geográficas como única forma de referenciamento espacial, tornam-se irrelevantes as

⁸ “**Topônimo**. O nome próprio de um acidente topográfico físico ou natural. V. também geônimo; astrônimo; hidrônimo; orônimo; exônimo; antroponômio.” (OLIVEIRA, 1993; p 539).

⁹ “**Toponímia**. 1. Estudo da origem e significação dos nomes próprios de lugar. A finalidade do estudo é de determinar a que línguas pertencem os nomes de um determinado lugar. A lingüística e a dialetologia são de grande importância nas pesquisas toponímicas. Foi criada em 1925 pelo alemão Schnetz. V. também geonímia; geonomástica; exonímia; antroponímia. 2. Relação dos nomes de lugar de um país, estado, região etc.” (OLIVEIRA, 1993; p 538-539).

¹⁰ “(...)geonímia ou nomenclatura geográfica, deve ser entendida como os nomes próprios de lugares e acidentes geográficos, também tradicionalmente ditos toponímia e topônimos, respectivamente.” (MENEZES e SANTOS, 2006; p. 195).

questões aqui levantadas. O que nos leva a perceber que os topônimos são, antes de tudo, um elemento através do qual localizamos os elementos que compõem o sistema de objetos, proposto por Santos (SANTOS, 2004), seja este objeto uma rua, um rio, uma cidade ou um oceano. Não podemos perder de vista, que um dos adventos da modernidade é a adoção da matemática como linguagem universal, desta forma, as casas do período medieval, que eram identificadas pelo nome das famílias que nelas habitavam passaram a ser identificadas pelos números a elas impostos segundo a lógica (Da MATA, 2005). Esses referenciais espaciais, os nomes, quando articulados num sistema de códigos compartilhados, não se diferenciam, em sua essência, das coordenadas geográficas utilizadas nas representações cartográficas. Nos mapas anteriores à invenção do cronômetro, que viabilizou o surgimento dos meridianos, os topônimos têm o papel de conectar as representações cartográficas com as formas presentes na paisagem. A toponímia também constituía um sistema de referenciamento, por meio do qual se tornava possível a localização dos pontos marcados nos mapas através das relações de direção e distância.

b) A toponímia enquanto vestígio

Veremos, ao longo desta seção, alguns autores utilizando a toponímia para demonstrar suas hipóteses. Os nomes de lugares são vistos sob a ótica de objeto simbólico, porém, busca-se pensá-lo enquanto elemento de um sistema, ou encontrar a estrutura que sustenta essa forma não material. Traremos alguns textos que tratam da utilidade da toponímia no estudo da dispersão espacial de diferentes grupos, observaremos como a toponímia é compreendida como um elemento da tomada de posse simbólica do espaço. Partiremos de uma breve exposição da influência da religião nos estudos da toponímia; seguiremos mostrando o poder da mensagem carregada através das gerações pelos nomes de lugares e seu papel como ferramenta pedagógica de transmissão cultural; encerraremos a seção identificando a utilização dos topônimos como fonte para compreensão da história territorial de determinada área.

Iniciamos a discussão da toponímia, como elemento da tomada da posse territorial simbólica, comentando o trabalho publicado por Brunn e Wheeler em 1966, que é um estudo sobre a organização espacial dos nomes religiosos de cidades nos Estados Unidos. Os autores pretendem oferecer bases para a compreensão da migração de certos grupos, seus padrões de assentamento e seu impacto na história social de uma

área, porém o breve artigo oferece, como maior contribuição, um mapa das cidades com nomes religiosos nos Estados Unidos, seguido de uma análise, que consideramos não muito bem fundamentada, tentando explicar que os nomes religiosos co-variam com outros elementos da paisagem, assim como com padrões de assentamento e de construção civil.

“O que mais nos chamou a atenção para nesse trabalho foi a afirmação de que o processo de decisão envolvido no batismo de um fenômeno, seja ele um elemento físico como uma planta, um lago ou uma montanha, ou uma construção humana como sobrenomes, prédios ou cidades, tem fascinado estudantes em diversas disciplinas”¹¹ (BRUNN e WHEELER, 1966. p. 197).

Despertou-nos interesse a possibilidade de uma investigação multidisciplinar sobre o tema, pois, de fato, como visto, podemos contar com contribuições vindas da área da lingüística e da cartografia (BRUNN e WHEELER, 1966).

John Leighly, em 1979, nos ofereceu um levantamento dos lugares, que eram homônimos de outros citados na Bíblia. Apesar de ser professor da universidade de Berkeley, colega de Carl Sauer e de Dan Stanislawski, dentre outros geógrafos que são referência nos estudos culturais, sua análise é baseada em métodos estatísticos. O objetivo principal de seu texto foi o de determinar frequência e distribuição espacial desses nomes por ele observados, sem a preocupação de identificar a relação entre a religiosidade dos habitantes e os nomes dos lugares, pois não foram considerados os lugares com nomes de santos (Como feito por Brunn e Wheeler) e tampouco a motivação dos nomes utilizados. O autor cita fortuitamente a origem geográfica dos colonizadores de algumas áreas, e chega a sugerir que os nomes dados têm relação com a visão dos povos colonizadores sobre si mesmos (identificando-se com os antigos judeus à caminho da terra prometida), porém este não foi o rumo tomado por sua pesquisa.

Este trabalho, além de nos oferecer um melhor conhecimento da distribuição dos nomes de assentamentos baseados nos nomes de localidades presentes na Bíblia, atraiu nossa atenção para um ponto que se tornará fundamental na compreensão do surgimento dos nomes de lugares. Trata-se do parágrafo em que Leighly nos diz que “A associação destes nomes com as aspirações de quem os deu não é sempre clara. Não

¹¹ “The decision-process involved in rendering a name to a phenomenon, whether it be a physical feature like a plant, lake, or mountain, or whether man-made constructs like surnames, buildings, or towns, has fascinated students in many disciplines” (BRUNN e WHEELER, 1966. p. 197)

pode haver dúvida, contudo, que muitos dos nomes bíblicos no sul e alguns no norte eram inicialmente nomes de igrejas sectárias, fundadas em comunidades rurais que se tornaram conhecidas pelos nomes das igrejas”¹². Pode-se extrair desta afirmativa a idéia de que os lugares ficaram conhecidos pelos nomes das igrejas, por serem estas os elementos de maior peso na singularização destas paisagens.

Já em 2005, Sérgio da Mata publica na coleção “Geografia Cultural”, no volume “Geografia: Temas sobre cultura e espaço” o artigo “O desencantamento da toponímia”, no qual se questiona sobre a possibilidade de “ao analisar os nomes e a dinâmica dos nomes de nossos arraiais e cidades ao longo do tempo, comprovar (...) a indissociabilidade entre espaço e religião na antiga Minas” (Da MATA, 2005, p.118). Para buscar a resposta, o autor se preocupa com a mudança dos tradicionais nomes católicos de povoações mineiras ao longo do tempo e nos oferece um texto de ótima redação, que mescla os referenciais teóricos utilizados no bojo de um histórico dos períodos de câmbios, expondo as motivações para o abandono de determinados tipos de topônimos, e as razões da escolha dos novos nomes pelo governo.

O artigo da antropóloga Susan Fair, na nossa interpretação, discute a toponímia como um veículo da ideologia Inupiat e como artefato cultural. Está focada em compreender como os Inupiat nas proximidades da aldeia Shishmaref nomeiam a região onde vivem; como afetam seu lugar e em que vias eles são afetados pelo mesmo. Uma idéia que permeia o texto é a do respeito aos ancestrais: um único indivíduo não tem autoridade para alterar o que foi estipulado pelas gerações passadas, pois os nomes dos lugares são carregados de valor simbólico (FAIR, 1997). Nesta perspectiva, podemos notar a forte influência da concepção supra-orgânica de cultura proposta por Alfred Kroeber, pois os lugares, uma vez nomeados, não podem ser renomeados, eles se tornam instrumentos pedagógicos da transmissão da tradição através das gerações.

O geógrafo H. C. Darby, ao tratar de “Uma nova geografia histórica da Inglaterra”, dedica o primeiro capítulo de seu livro ao estudo da sucessão dos diferentes povos no primeiro milênio do atual território inglês, para isso, o autor combina três fontes de dados: Os escritos da época; as evidências arqueológicas; e os nomes de lugares. Devido à escassez de bibliografia, as evidências arqueológicas e os topônimos ganham importância. Quando os vestígios arqueológicos são insuficientes, ou ausentes,

¹² “The association of these names with the aspirations of those who gave them is not always clear. There can be no doubt, however, that many of the biblical names in South and some in the North were originally names of sectarians churches.” (LEIGHLY, 1979; p. 58)

as únicas formas do presente de então que servem de pista para sua compreensão são os nomes de lugar. Um exemplo dessa utilização dos topônimos é o estudo feito sobre a ocupação Anglo-Saxônica, tendo em vista que os principais elementos arqueológicos são os cemitérios pagãos, e que este grupo logo se cristianizou, poucas foram as evidências materiais por eles deixadas. É interessante observarmos que a toponímia foi enquadrada na mesma categoria das evidências arqueológicas, como uma forma que se conservou no espaço, através da qual podemos ter pistas de aspectos sócio-culturais encenados no passado (DARBY, 1973).

No sentido de evidência, a toponímia é trabalhada por Mark Monmonier em seu livro “From Squaw Tit to Whorehouse Meadow: How maps name, claim, and inflame” sob a ótica de rugosidade, de uma forma do passado que persiste até o presente. Apesar de o autor afirmar que seu livro trata do papel dos cartógrafos no processo de cristalização dos nomes de lugares, e na tarefa de nomear e renomear ordenadamente lugares, evitando confusões, preservando a história, e servindo diversos fins políticos; Nos ateremos aqui na última dimensão por ele citada, desta forma fica evidente que Monmonier além de se preocupar com os aspectos técnicos da toponímia, ele também dá ênfase à dimensão simbólica do fenômeno abordado, pois nos parece que a preocupação final do autor, é demonstrar que os mapas são veículos da ideologia, e que estes carregaram por muito tempo, nomes carregados de ofensas, sejam étnicas ou de gênero (MONMONIER, 2006).

Em 1980, foi defendida na Universidade de São Paulo a tese de doutorado em lingüística de Maria Dick, intitulada “A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxonômicos”. Em 1990, esta obra foi convertida em livro e publicada com o título “Motivação toponímica e a realidade brasileira”. O seu livro de 1996, que é baseado na tese de livre docência de 1988 e recebeu o mesmo nome, “A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1896”, que pretende, em suas palavras; analisar um “estudo significativo, ou histórico-toponímico, dos nomes que conformavam a Terra Piratiningana a partir de sua formação, em 1554, até o final do século XIX” (DICK, 1996. p.21). Desta forma podemos afirmar que seu estudo busca os significados dos topônimos, e a motivação do batismo dos lugares com os seus respectivos nomes. Pensamos poder considerar ser o cunho desta obra histórico-lingüístico, pois esta se preocupa com a história dos nomes dos lugares utilizando o método lingüístico de investigação, no qual os elementos do sistema de objetos não são considerados na sua dimensão espacial.

Em 2003, o geógrafo alemão Jörn Seemann, radicado no Brasil, apresentou num encontro da Comissão de Geografia Cultural da União Geográfica Internacional o trabalho “A análise da Toponímia como dimensão histórica na Geografia Cultural”. O texto desenvolve uma breve definição de Toponímia e segue com uma classificação dos tipos de nomes de localidades constante na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira¹³, que é um ótimo fundamento para uma investigação lingüística do fenômeno em questão. O autor nos lembra que:

“Os nomes dos lugares têm origens etimológicas diferentes e podem obedecer a um padrão espacial dentro de um contexto histórico-político. Enquanto lugares pequenos e insignificantes como pequenas elevações ou riachos, muitas vezes, preservam seus nomes populares, ruas, municípios, estados e países não ficam livres de um batismo intencional, de modo que se torna necessário levantar as seguintes questões: Quem nomeia os lugares? Por que nomeia? Quais são os efeitos da denominação?” (SEEMANN, 2003, p. 7).

Neste ponto, vemos que, tangencialmente, o autor se preocupa com a mesma questão que Alderman, a da escala dos nomes, porém o autor segue com um mapeamento dos municípios cearenses classificando os seus nomes em “nome indígena”, “nome em português”, “nome de pessoa”, “referência religiosa” e “outra origem”, para então demonstrar que não é possível fazer um estudo sincrônico da toponímia, o que discordamos categoricamente.

Segundo Seemann:

“A análise geográfico-cultural dos nomes dos municípios cearenses (...) mostra algumas fraquezas metodológicas, sobretudo quando o geógrafo não consegue descobrir um determinado padrão na distribuição dos nomes. [O trabalho] mostrou os **nomes atuais** dos municípios cearenses, sem levar em conta que a toponímia é, de fato, um processo dinâmico. Há municípios várias vezes rebatizados antes de terem recebido os seus nomes atuais (...). Outros lugares, por sua vez, mantiveram seu nome original como o caso de Aquiraz (São José de Ribamar de Aquiraz), fundado em 1699. *Por isso, uma mera análise da toponímia do presente não permite conclusões profundas, se não for levado em conta o contexto histórico-político*”. (SEEMANN, 2003, p. 9-10, grifo nosso).

Pensamos que as falhas metodológicas ocorrem na maioria dos fenômenos sociais, quando deixado de lado o contexto histórico-político. Porém, ressaltamos o

¹³ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vol.XXXII. Lisboa e Rio de Janeiro: -Editorial Enciclopédia, s/d. (Verbete “Toponímia”), p.70-84.

valor deste artigo na sistematização das possíveis abordagens geográficas sobre os nomes de lugares.

c) a toponímia enquanto símbolo

Um ótimo texto que nos guia nos estudos da dimensão simbólica da toponímia, é o livro de Paul Claval sobre “A Geografia Cultural”¹⁴, publicado originalmente em 1995. O autor afirma que “todos os lugares habitados e um grande número de sítios característicos na superfície da Terra têm nomes – frequentemente há muito tempo. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas e as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores (...). O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns e outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço” (CLAVAL, 2001, p. 202).

Partindo das características demonstradas por Claval, seguiremos nosso texto comentando alguns trabalhos que abordam o poder político dessa forma não material presente no espaço geográfico, que é a toponímia. O primeiro trata do contexto de forjamento da identidade nacional como motivo da padronização dos nomes de cidades no Brasil da era Vargas; o segundo e o terceiro se assemelham entre si ao abordarem a substituição da toponímia por razões políticas, que intencionam apagar os elementos simbólicos que remontam ao indesejado; o último dos textos relaciona a escala do topônimo com a escala da homenagem, ou seja, a visibilidade da mensagem carregada por este símbolo.

O texto de Pompeu Sobrinho¹⁵ publicado em 1940 no Boletim Geográfico, que ainda não consultamos diretamente, mas de cujo conteúdo tomamos conhecimento através de artigo de Jörn Seemann, considera a questão ideológica contida na política territorial do governo Vargas, como se pode observar pela seguinte citação:

“A idéia da modificação do quadro toponímico, sem dúvida, traz, além de um resultado prático, certa dose de sadia brasilidade porque: concorre para aumentar o espírito de coesão nacional, lembrando aos brasileiros mais bairristas de cada província que o seu Estado não está só na comunhão brasileira, que outros existem com os mesmos direitos políticos, igualmente dignos de todos os respeitos” (POMPEU Sobrinho, 1944, p.30; Apud SEEMANN, 2003, p. 11).

¹⁴ CLAVAL, Paul. **La géographie culttuelle**. Paris: Nathan, 1995.

¹⁵ POMPEU Sobrinho, Tomás. A nova toponímia cearense. *Boletim Geográfico*. v.2, n.13, p.29-34, 1944.

Segundo Seemann, o autor aplica no Ceará, a legislação oriunda da política nacionalista de Getúlio Vargas, que define as regras para os nomes das cidades e vilas. (SEEMANN, 2003).

Charles Peterson, em seu artigo em que discute a natureza dos nomes de lugares soviéticos, segmenta sua abordagem entre as razões da mudança dos topônimos e as categorias em que estes podem ser divididos. Segundo esse autor, foram três as causas do câmbio dos nomes; a primeira foi o abandono de pequenos povoados, que, portanto, tiveram seus nomes abolidos, a segunda foi o surgimento de novos assentamentos, que foram batizados com novos nomes. A terceira e mais interessante para nós provém da intolerância soviética em relação aos topônimos que homenageavam os segmentos pré-revolucionários, estes foram considerados inaceitáveis e eliminados após a mudança do regime.

As categorias sugeridas pelo autor são nomes de personalidades, nomes descritivos das atividades econômicas desenvolvidas no assentamento, nomes baseados nas feições naturais das regiões, restauração de nomes primitivos não eslavos, nomes comemorativos dos feitos e ideologia soviéticos, e os nomes das fazendas coletivas e das fazendas estatais, apesar de compreenderem todas as outras categorias, segundo o autor, estes constituíam o corpo mais significativo dos nomes de lugares soviéticos. Além dessas contribuições, é muito salutar verificar um autor contemporâneo ao processo, afirmar que o rebatismo dos assentamentos humanos por toda a União Soviética se fez utilizando a língua russa; salvo as áreas onde os nomes históricos foram reinstalados, todas as outras tiveram seus nomes originais trocados. Parece-nos ser o ponto principal de sua obra, a categorização dos nomes.

O trabalho de Azaryahu e Golan “(Re)naming the landscape: The formation of the Hebrew map of Israel 1949-1960” aborda a mudança intencional dos nomes de lugares no âmbito da construção de uma identidade nacional israelense na década de 1950, seu artigo se propõe a examinar a institucionalização de uma nova toponímia na representação cartográfica do território israelense, impondo uma “hebraicização” dos nomes dos lugares. Estes autores estão na raiz da interpretação da toponímia como objeto geográfico de múltipla abordagem:

“Vista como um texto, a toponímia é um duplo sistema de significações. Em um nível, que é imediato e [unreflected], cada nome significa uma localidade geográfica. Em outro nível, portanto, a toponímia

significa a ideologia que sustenta e legitima seu uso como um nome próprio”¹⁶ (AZARYAHU e GOLAN, 2001; p.181).

Dois anos após a publicação acima, foram divulgados diversos textos sobre o tema, um deles foi o trabalho de Alderman publicado na revista *Area* (ALDERMAN, 2003). Ao estudar a polêmica da escolha de uma rua que receberia o nome de Martin Luther King, o autor mostra de que forma a escala geográfica constitui e estrutura as políticas de comemoração do passado, mostrando assim, que um topônimo pode ser um objeto simbólico, e reforça esta noção ao afirmar que “O movimento para homenagear King e o movimento de direitos civis afeta não apenas os nomes de ruas, mas também a geografia das estátuas, museus, locais preservados, trilhas hereditárias e festivais”¹⁷ (ALDERMAN, 2003, p164).

Através da análise dos textos expostos, podemos pensar que a imposição da toponímia sobre uma determinada área pode ser utilizada, como já dito, para a territorialização desta por um grupo, para afirmação da posse territorial de seu grupo perante outros grupos, e para a formação/ratificação de ideologias. Quando esta área já é previamente território alheio, a mudança da toponímia imposta pelo estrangeiro é um claro sinal da situação de conflito político presente ou previamente ocorrido. Inferimos, então, algo que é bastante claro, que para haver uma toponímia é imperativo que haja uma ocupação de fato ou interesse político na área então batizada, pois o que é efêmero, “comum” demais ou igual a outros lugares não valeria a pena ser registrado.

Dados os autores mencionados, aceitamos a toponímia como elemento cultural de determinada sociedade. Aceitando que este elemento possui dimensão espacial, pretendemos demonstrar uma das dimensões espaciais da subjugação política de um grupo por outro, refletindo-se na imposição de nova toponímia sobre território previamente batizado por outro grupo, pois, como afirma Corrêa, “[a] toponímia constitui-se em relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo cultural. É ainda um poderoso elemento identitário” (CORRÊA, 2003, p.176).

¹⁶ “Seen as a text, a toponymy is a twofold system of signification. On one level, which is immediate and unreflected, each place name signifies a geographical location. On another level, however, a toponymy signifies the ideology which underlies and legitimates its use as a proper nomenclature”. (AZARYAHU e GOLAN, 2001; p.181)

¹⁷ “The movement to memorialize King and the civil rights movement is affecting not only the names attached to streets, but also the geography of statues, museums, preserved sites, heritage trails and festivals” (ALDERMAN, 2003, p164).

O que podemos interpretar, segundo estas reflexões sobre a acepção da toponímia e fazendo uma conexão com a teoria de Milton Santos (SANTOS, 2004), é que a toponímia integra o conjunto de maneiras pelas quais o sistema de objetos presentes em uma determinada área se incorpora na percepção da sociedade que ocupa esta área, ou seja, é um dos componentes do sistema de ações, pois a toponímia imprime no espaço, de forma simbólica, a relação de reconhecimento do grupo com aquele, e o domínio do território por este grupo.

2.1.3 – Forma simbólica

“A geografia cultural é um significativo subcampo da geografia, que a partir da Europa difundiu-se e já tem um século de existência” (CORRÊA, 2003, p. 9).

Como consta no mesmo capítulo que contém a citação acima, a geografia cultural passou por algumas fases, que significam que sua forma de abordagem também variou ao longo das décadas. Este trabalho está calcado na fase da geografia cultural renovada, que surge no final da década de 1970. As principais características dessa corrente são introduzidas no capítulo “A geografia Cultural e o Urbano” escrito pelo professor Roberto Lobato Corrêa em 2003. O autor lista cinco pontos da abordagem cultural na geografia: “i) a geografia cultural é muito mais identificada por uma específica abordagem do que por um dado conjunto de objetos empíricos (...). ii) O passado despertou grande interesse entre os geógrafos de Berkeley (...). iii) *a priori*, não há uma escala melhor do que outra (...). iv) ‘toda atividade humana é ao mesmo tempo material e simbólica, produção e comunicação (COSGROVE, 1998A., p. 5) (...). v) A partir de suas mais importantes matrizes, a geografia cultural renovada apresenta forte perspectiva política”. (CORRÊA, 2003, p. 171).

Para caracterizar as formas simbólicas, poder-se-ia ler uma parte da obra do professor Milton Santos. É interessante observarmos que este conceitualizou o espaço geográfico como o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, trazendo, assim, uma série de novos conceitos e categorias como forma-aparência, forma-conteúdo, rugosidades, etc. O referido autor destaca que, no espaço geográfico, o conjunto de objetos é formado pelos sistemas naturais existentes numa área e pelos acréscimos que os homens lhes impuseram, o que é fundamental para a definição da categoria paisagem, porém, esse conjunto por si só não constitui o espaço geográfico. Já os sistemas de ações, são os “processos dotados de propósito”, e só fazem sentido na geografia quando são relacionados aos sistemas de objetos (SANTOS, 2004). Partindo deste ponto de análise, podemos dizer que esta interação modela o espaço geográfico de forma material, através da intervenção direta sobre os objetos ali existentes, mas também imaterialmente, na forma de leis, nomes de lugares e significados atribuídos a elementos da paisagem. As formas imateriais são tão importantes quanto os elementos físicos do espaço, pois estas compõem um complexo conjunto de códigos e de

significados, que influenciam diretamente o comportamento daqueles que interagem com os códigos vigentes em determinado território.

Uma conceituada forma de estudo das formas simbólicas se baseia na obra de Panofsky. Este referido autor divide a interpretação das obras de arte em três níveis: pré-iconografia, que se preocupa com as formas, com a primeira apreensão sensorial do objeto representado; iconografia, responsável pela descrição dos objetos que compõem a representação; e iconologia, este é o nível em que se busca interpretar a mensagem pretendida na representação estudada. Partindo dessa perspectiva, pensamos ser a toponímia um objeto que pode ser visto nestes três níveis. Como visto na seção anterior, pode-se abordar as questões técnicas da toponímia através do olhar pré-iconográfico. Podemos também utilizar o viés iconográfico ao fazermos a descrição dos topônimos, considerando a língua e seus padrões de distribuição. Pretendemos, contudo, aprofundar nossos estudos na interpretação de uma mensagem que nos salta aos olhos quando nos perguntamos “Por que determinado topônimo é em um idioma e não em outro?”, e no nosso caso específico podemos perguntar “Por que a maioria dos topônimos se apresentam na língua do dominado, enquanto a minoria na língua do dominador?”, desta forma, as duas perguntas se resumem em um “Por que encontramos objetos oriundos de uma técnica, presentes em forma, num sistema cujo o Poder se estabelece em outro sistema técnico?”.

2.1.4 – Métodos de análise do “presente de então”

Na dissertação que ora apresentamos, se optou por trabalhar o fenômeno proposto em um tempo que, não mais é o presente. Isso pode parecer um pouco estranho por tratar-se de uma dissertação de geografia, uma ciência que, tradicionalmente, se preocupa com as questões da atualidade, contudo cada vez mais geógrafos vêm descobrindo a riqueza que a dimensão temporal pode trazer às nossas investigações. A geografia histórica, na qual apoiaremos nossa abordagem, nos oferece ferramentas analíticas muito úteis à observação da dinâmica espacial, levando em conta a dimensão temporal. Na seção que segue, levantaremos alguns pontos relevantes sobre a importância do tempo na análise de fenômenos sociais, a perspectiva da geografia sobre a dimensão temporal e concluiremos demonstrando as ferramentas que utilizaremos para inteligibilizar o processo de imposição da toponímia.

No mundo contemporâneo a preocupação com o tempo é de fundamental importância, uma vez que este tende a ser fruto do próprio desenvolvimento social, o tempo é um componente primordial para regulação da vida em sociedade. Vale ressaltar a sobrevalorização dada ao tempo por alguns cientistas sociais que, ao negligenciarem o espaço, incorreram nas teorias de supressão de todo o espaço pelo tempo, segundo David Harvey:

“É um tributo às compartimentalizações do pensamento ocidental o fato de essa disjunção ter passado tanto tempo despercebida. (...) A teoria social sempre teve como foco o processos de mudança social, de modernização e de revolução (técnica, social, política). O progresso é seu objeto teórico, e o tempo histórico, sua dimensão primária. Com efeito, o progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a ‘aniquilação [última] do espaço através do tempo’. A redução do espaço a uma categoria contingente está implícita na própria noção de progresso.” (HARVEY, 1994, p. 190).

Diversos autores afirmam que a intensificação da urbanização, do fluxos de comércio e mecanização da sociedade trouxeram um crescimento significativo das interações espaciais, junto com uma maior dependência do homem acerca do tempo. De acordo com Milton Santos, os geógrafos só mais recentemente, sobretudo, a partir da década de 70 (com a denominada Geografia Crítica), começaram a produzir uma gama maior de reflexões acerca da questão temporal. Concordamos com o referido autor quando ele coloca algumas questões relevantes sobre essa temática: “Como ultrapassar o enunciado gratuito de um tempo unido ao espaço, mediante a relativização de um e de

outro?”. E prossegue questionando no mesmo tom “Como traduzir em categorias analíticas essa mistura que faz com que o espaço seja tempo e também vice-versa?” (SANTOS, 2004. p. 50).

A discussão em torno da temática espaço-tempo causou agitação entre geógrafos e economistas, o que pode ser detectado quando os economistas negligenciaram a questão espacial, na maioria de seus trabalhos. Do lado dos geógrafos, entretanto, também há certa resistência com a questão temporal. Manuel Castells (CASTELLS, 2000) apresentou a sistematização das correlações entre estruturas sociais e estruturas espaciais. Mas deve-se adicionar que não se pode falar dessas instâncias isoladamente, apenas é possível referirmos-nos a espaços-tempos que são conjunturas construídas pela história, sendo de inegável valor para os trabalhos geográficos bem alicerçados.

Analisando o discurso dos geógrafos que se preocuparam com a temática de uma velha ciência voltada para as relações de poder e estratégia, aqui, com destaque para Ives Lacoste (LACOSTE, 1988), percebe-se a preocupação com as relações entre tempo e espaço, mesmo não sendo essa a idéia central do seu livro. A preocupação de Ives Lacoste pode ser evidenciada quando este coloca que a diferenciação sistemática de distintos níveis de análise espaço-temporais é imprescindível na pesquisa de alto nível. O referido autor afirma que as articulações metódicas dos diferentes níveis de análise, quer se trate do tempo ou se trate do espaço, são algumas das grandes dificuldades do raciocínio geográfico, mas é somente dessa maneira que ele se torna um saber-pensar, o tempo ou um saber-pensar o espaço, isto é, o instrumental conceitual que permite apreender mais racionalmente e mais eficazmente uma ampla margem da realidade.

A interdisciplinaridade é fundamental para o enriquecimento e embasamento de uma ciência e a contribuição da História parece ser necessária para o fortalecimento da Geografia. Uma das grandes contribuições dos historiadores está na obra de Fernand Braudel. Segundo o Historiador, ao se falar do passado ou da atualidade, torna-se indispensável uma consciência nítida da pluralidade do tempo social para uma metodologia comum das ciências do homem. Isto se aplica, afirma Braudel, não apenas para historiadores, mas também para especialistas em outras ciências do homem, economistas, antropólogos, sociólogos, geógrafos etc. Essa multiplicidade do tempo, seja ele social, político ou econômico, foram classificados em três categorias distintas, que se apresentaram da seguinte forma, a saber: o tempo curto do acontecimento, o tempo médio do acontecimento e o tempo longo. Braudel contribuiu de forma

significativa para o conhecimento geográfico, e de forma indireta para as relações entre tempo e espaço, com suas formulações sobre “*tempo curto*” e “*tempo longo*”. O primeiro caso seria a medida da vida cotidiana, isto é, atrelada à vida dos indivíduos, enquanto o tempo longo, o autor utilizou o termo “*espessura*”, seria relativo às estruturas, sendo esta muito importante para a geografia, uma vez que é uma categoria analítica fundamental. Essa contribuição é de extrema pertinência, pois oferece suporte para a análise do espaço geográfico, quando este se depara com efeitos associados aos tempos “curtos” e “longos”, ou seja, contribui para análises espaço-temporais a partir da lentidão ou da rapidez de determinados processos de alternância de tempo.

Edward Soja, inspirado em Henri Lefebvre e no seu conceito ‘produção do espaço’, afirma que nem todo o espaço é socialmente produzido, apenas a ‘espacialidade’. Aproximando-se ainda da teoria da estruturação de Anthony Giddens, fala de uma ‘estruturação espaço-temporal. Soja, embora realizando algumas ressalvas, atenta para a importante preocupação de Giddens em estruturar uma teoria social que vincule espaço e tempo, temporalidade e espacialidade, em sua obra “Uma crítica contemporânea do materialismo histórico”, de 1981, na qual considera que os sistemas sociais, portanto, são concebidos como práticas situadas, relações padronizadas (estruturadas) que se reproduzem socialmente no tempo e no espaço, como história e geografia” (SOJA, 1993. p. 173). Para Soja a principal contribuição de Giddens na análise das relações entre espaço e tempo é o livro “A constituição da sociedade”, pois esta “fornece diretrizes esclarecedoras, ainda que complexamente sinuosas, para a análise empírica e, em particular, para uma reinterpretação crítica da geografia histórica do capitalismo” (SOJA, 1993. p. 178).

Outra teoria que quis tratar das relações entre espaço e tempo foi a teoria da difusão de inovações. Porém a preocupação dominante de elaborar modelos dedutivos impediu essa teoria de avançar, como nos alertou Santos (2004). Mas apesar dos insucessos da teoria da difusão das inovações, ela serviu à formulação e renovação de teorias espaciais, com o surgimento de teorias baseadas na difusão hierárquica, tais como: teorias dos lugares centrais, do centro-periferia, dos pólos de crescimento, entre outras. Todavia como alertou o referido autor, tais aspectos não foram suficientes, pois falta base para lidar com a realidade objetiva, ficando sem orientação teórica válida para que a identidade entre espaço e tempo pudesse ser considerada, quando a estrutura e a organização do espaço devem ser analisadas, isto é, relacionando espaço e tempo imbricados.

Milton Santos, influenciado por Fernand Braudel, nos propõe a noção de *tempo espacial*. Para este autor, as variáveis espaciais são assíncronas de um ponto de vista genético, ou seja, quando considerada sua ‘idade’, porém são síncronas em cada lugar. Seria, então, o ‘lugar’ que, na geografia, materializaria o ‘sistema espacial’ e daria coerência à sincronia das variáveis e aos seus arranjos. Neste caso, o tempo (histórico) dependerá da escala de observação temporal e espacial que o analista utiliza.

Como a cidade se tornou um lugar privilegiado para a análise geográfica devido à disponibilidade e diversidade de informações e relações sociais, surge, com força, a partir da década de 1970 os estudos da urbe por uma dimensão cultural. Dessa forma, busca-se apreender a sociedade em termos de suas relações sociais, políticas e econômicas. E de acordo com Roberto Lobato Corrêa, tornam-se compreensíveis as *espacialidades e temporalidades* que estão associadas à dimensão da geografia cultural. E mais uma vez citando Corrêa, o passado está a nos incitar em razão de suas grafias cristalizadas, assim como de seus significados, ajudando a construir o presente. Devido aos aspectos supracitados, a geografia cultural fornece uma rica abordagem que favorece a compreensão das relações espaço-tempo, daí sua associação, muitas vezes, com a geografia histórica, ajudando a tornar inteligíveis as espacialidades e temporalidades no denso e rico meio urbano. Dentro dessa ramificação da geografia, as contribuições de Paul Claval, James Duncan e Denis Cosgrove, e no Brasil, de Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl, só para citar alguns, são valiosas para a compreensão do espaço urbano numa perspectiva de análise cultural, servindo no auxílio da compreensão das relações espaciais e temporais, contudo devemos tomar a ressalva de Corrêa, “[o] passado despertou grande interesse entre os geógrafos da Escola de Berkeley, conforme explicitamente indica o título *Foreword to Historical Geography* de Sauer (1941). Contudo, isto não estabelece uma necessária e exclusiva associação entre a geografia histórica e geografia cultural.” (CORRÊA, 2003. p. 172).

Os geógrafos históricos contribuíram e ainda contribuem de forma incisiva para a compreensão do discurso da inseparabilidade do tempo e do espaço. Marcelo Werner da Silva, na sua tese de doutoramento intitulada “A formação de territórios ferroviários no oeste paulista, 1868-1892”, contribui com um rico levantamento e consistente debate sobre as “Periodizações e articulações espaço-temporais”, no qual o autor se pergunta: “como pode o tempo ser organizado para analisar relações espaciais?” (SILVA, 2008. p. 23), o próprio autor, apoiado em Santos, responde no início da seção quando afirma que:

“Uma das maneiras de analisar o tempo pela geografia e outras ciências sociais tem sido a utilização de periodizações. Através delas, procura-se identificar segmentos homogêneos do tempo histórico, em que as variáveis se mantêm em relativo equilíbrio no interior de uma mesma combinação de elementos de ordem econômica, social, política e moral, constituindo um sistema (SANTOS, 2004b, p. 31-33). Esse sistema constitui a totalidade social, que é formada por uma combinação das instâncias econômica, jurídico-política e ideológica da sociedade.” (SILVA, 2008. p. 19).

Indo ao encontro dessa perspectiva, temos a obra de Estaville Jr., que também é explorada por Silva. O autor propôs uma organização do tempo, uma forma de periodização, em geografia histórica, através de recortes temporais distintos. São eles: “1) o recorte temporal simples, 2) o recorte sincrônico, 3) subseções diacrônicas, e 4) integrações entre dois ou mais destes.” (ESTAVILLE JR., 1991, p. 310)¹⁸.

O recorte temporal simples, segundo o autor, pode ser subdividido em duas partes, uma delas é o recorte temporal do passado, que é uma forma de recriar o “presente histórico” de um período, selecionado por sua importância histórica ou disponibilidade de informações. A espessura da “fatia” pode ser variável, a observação de um ano é tão coerente, quanto a de um século. Há duas significativas vantagens em utilizar o recorte proposto, assim temos a simplicidade da organização investigativa num cenário temporal estático, e a relativa precisão que se pode obter na explicação das relações espaciais, nesta análise a variável tempo é abstraída, contudo duas desvantagens emergem da abordagem proposta. A primeira é a criação de modelos sem vida, pois desconsidera as transformações ocorridas no interior do recorte. A segunda é que inferir processos através de padrões espaciais congelados no tempo, pode conduzir a explicações errôneas. Retomando a subdivisão do recorte temporal simples, temos a outra parte, que é o método retrospectivo ou refletivo, no qual se utiliza as relíquias do passado que permaneceram na paisagem atual para recriar geografias passadas, essa nos traz a grande desvantagem, do comprometimento da interpretação por falta de relíquias (ESTAVILLE JR., 1991).

O recorte sincrônico é um desdobramento do recorte temporal simples, pois essa ferramenta nos permite estabelecer comparações entre períodos estáticos diversos. A forma de abordagem pode ser estruturada progressiva ou regressivamente, ou seja, partindo de um período no passado e comparando com um mais próximo da

¹⁸ “1) the temporal cross section, 2) synchronic cross section, 3) diachronic subsection, and 4) integrations of two or more of these.” (ESTAVILLE JR., 1991, p. 310).

contemporaneidade ou na mão inversa. Contamos com três vantagens nesta periodização. A visibilidade da constante marcha da realidade, refletida nas bases de dados. A possibilidade de uma detalhada investigação espacial de um fenômeno, viabilizada pelas comparações temporais. E finalmente, a oportunidade de analisar as mudanças, através das quais, se podem traçar comparações temporais pertinentes, e ter indícios do processo. Como desvantagem, a utilização de poucas seções restringe o entendimento do processo. Também, eventos ocorridos fora das seções analisadas são apenas inferidos, podendo conduzir a erros de interpretação, e por último, a taxa de mudança dos fenômenos observados pode variar, acarretando dificuldades de organização e perda de informação nos recortes analisados (ESTAVILLE JR., 1991).

Já o recorte diacrônico dá conta do estudo de um fenômeno ou processo ocorrido num intervalo de tempo passado, exigindo-se, para isso, a sua precisa delimitação temporal e espacial. Definidos os limites do corte, a análise pode ser feita progressivamente ou regressivamente. A grande vantagem da utilização desse recorte é a viabilização de análises de processos e interações, pois o quadro dinâmico da realidade é mostrado como um aparente contínuo de movimento. O autor atribui cinco desvantagens a esta abordagem, a primeira é o excesso de inferências causado pela falta de dados regulares. A segunda é a necessidade do estreitamento do escopo de fenômenos presentes na análise. Há também a flutuação da proporção evolutiva dos fenômenos que possam interessar à análise. A seguinte é a interferência no exame da estrutura espacial, gerada pelo, relativamente, rápido movimento através do tempo. Finalmente, “organização temporal diacrônica pode levar ao questionamento: isso é realmente geografia, ou é alguma nota de história?”¹⁹ (ESTAVILLE JR., 1991. p. 315).

Após dialogar com diversos autores, que introduziram a perspectiva do sistema sincrônico-diacrônico e sua terminologia: estáticas comparativas, equilíbrio, inércia, equifinalidade e indeterminabilidade, o autor conclui que o primeiro passo para a integração da dimensão temporal à análise geográfica é a elaboração de um anteprojeto de um recorte sincrônico, para identificar padrões espaciais, enquanto que o último passo é a tática diacrônica esgotando o processo de desenvolvimento. Embora, ontologicamente, espaço e tempo sejam, inalteravelmente, unidos, há uma frutífera combinação que pode unir as forças de ambas as estratégias, para investigar a fundo os padrões espaciais, bem como os processos (ESTAVILLE, 1991).

¹⁹ “diachronic temporal organization may lead to the criticism: is this really geography or is it some rubric of history?” (ESTAVILLE JR., 1991. p. 315).

Voltando as contribuições da geografia histórica, deve-se destacar as periodizações. Para as periodizações é de fundamental relevância um estudo da inter-relação entre período e lugar. Vale ressaltar que para a compreensão dos fenômenos espaciais e temporais, nesse sentido, a noção de escala é imprescindível. Santos destaca o papel da contribuição da geografia histórica quando esta faz periodizações, e lembra da sua contribuição nas periodizações quando formula a idéia de *tempo espacial* (SANTOS, 2004). Porém o mesmo autor critica as periodizações colocando que estas trabalham apenas com o tempo externo a cada subespaço, faltando resolver a questão do seu tempo interno. Percebe-se que o modelo é um avanço, porém deixando a dúvida se esse método será propriamente um enfoque espaço-temporal, demonstrando toda a complexidade de uma abordagem atrelando espaço e tempo.

Milton Santos, em parte de sua vasta obra, discorre sobre a importância da técnica para a compreensão do mundo em que vivemos e em particular para o entendimento do espaço geográfico. A definição do espaço como o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, traz uma série de novos conceitos e categorias como forma-aparência, forma-conteúdo, rugosidades, eventos, horizontalidades, verticalidades, etc. O referido autor destaca que o conjunto de objetos é formado pelos sistemas naturais existentes numa área e pelos acréscimos que os homens lhes superimpuseram, o que é fundamental para a definição da categoria de paisagem, porém, esse conjunto por si só não constitui o espaço geográfico. Já os sistemas de ações, são os “processos dotados de propósito”, e só fazem sentido na geografia quando são relacionados aos sistemas de objetos.

Para melhor exemplificar essa definição, Santos coloca que os:

“sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionaram a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS 2004, 1996, p.63).

Em seguida o autor vai ressaltar a importância do tempo para o estudo da dinâmica espacial, mostrando que é através da ação que se exerce a cada momento sobre objetos vindos de outros tempos, através da “intrusão da sociedade nessas formas-objetos”, que tem origem o espaço geográfico. Coloca ainda que as formas materiais, mesmo refletindo tempos mais antigos, são sempre definidas pelo presente, pois a materialidade está em constante processo de redefinição, através das ações que a

sociedade exerce sobre ela. É de fundamental importância que a geografia trabalhe bem com suas categorias analíticas, como já foi dito, nesse contexto destaca-se a questão do processo, principalmente o da produção e das técnicas utilizadas no período a ser considerado. Pois de acordo com o autor citado, nessa parte do presente trabalho, através do processo de produção o espaço torna o tempo concreto.

É necessário enfatizar que não só a noção de trabalho é importante, mas, principalmente a de instrumentos de trabalho, pois segundo uma idéia comumente citada de Marx, do seu clássico “O Capital”, o que vai diferenciar os períodos econômicos uns dos outros, é como se faz, isto é, com quais instrumentos de trabalho e não o que se faz. Percebe-se, então, que essa noção possui grande valor espacial e temporal. Evidenciando, de acordo com Milton Santos, que a cada lugar geográfico concreto corresponde em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada (SANTOS, 2004). No entendimento do espaço como acumulação desigual de tempos, a técnica torna-se um componente vital para a compreensão espaço-temporal dos fenômenos espaciais, como, por exemplo, no caso das rugosidades. Neste caso, as rugosidades possuem o caráter quase absoluto do valor em si de uma existência técnica, lembrando que as rugosidades não podem ser encaradas apenas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças sócio-territoriais ou sociogeográficas (SANTOS, 2004). Deve-se enfatizar que a técnica sozinha não explica nada. É necessário que se trabalhe a técnica articulada as categorias analíticas pertinentes à geografia, isto é, precisam estar atreladas a um sistema de referências para torná-la inteligível.

Como a obra de Milton Santos (2004) se baseia no fenômeno técnico para trabalhar o conceito de espaço, vale mencionar que as técnicas são fenômenos históricos e, portanto, possíveis de serem datadas. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos afirmar que, quando o autor se refere ao tempo do modo de produção, na realidade ele esta se referindo ao tempo da técnica do modo de produção dominante. Pois a técnica, sim, é passível de ser datada e quando falamos em temporalidade, estamos nos referindo, exatamente à combinação de variáveis técnicas com idades diferentes.

A forma de periodização de nosso estudo se baseia no recorte diacrônico progressivo proposto por Estaville, pois observamos um processo, a imposição da toponímia, ocorrido num intervalo passado, o período colonial, em um *lugar*, o recôncavo da Guanabara. Como anteriormente citado, esse recorte nos oferece alguns

riscos, alguns dos quais podemos escapar, e outros que devemos assumir, contudo, contamos com Mauricio Abreu a nos guiar pelos caminhos da abordagem histórica em geografia, dizendo que:

“Dentre as regras fundamentais que permitem que estudemos o passado, citaremos aqui apenas três. A primeira é a que preconiza que se as categorias de análise da geografia são universais, as variáveis que as operacionalizam não o são; daí, precisamos estar sempre atentos à adequação destas últimas para o entendimento do passado. Variáveis não trafegam impunemente no túnel do tempo, só as categorias de análise podem fazê-lo. A segunda regra, por sua vez, indica que só se pode entender o ‘presente de então’ se pudermos contextualizá-lo. Embora informado pelo presente, o passado não é o presente. Daí, para compreendê-lo, há que se investir muito em pesquisa indireta, via leitura do que já foi produzido sobre o tempo que se decidiu estudar, e também em pesquisa direta, realizada nas mais diversas ‘instituições de memória’ (...)

Finalmente, há também que levar em conta que as geografias do passado trabalham, não com o passado propriamente dito, mas com os fragmentos que ele deixou. Por isso, é preciso sempre desconfiar dos vestígios que encontramos, pois os documentos não são neutros, isto é, incorporam estruturas de poder (...). Por outro lado, há também que tentar dar conta do que não deixou vestígios, mas que sabemos que ocorreu ou que deve ter ocorrido (ABREU, 2000, p. 18).

Já no início da pesquisa, deixamos claro que o processo estudado é o da imposição de uma representação do território, através da qual buscamos interpretar relações de poder e cultura no mesmo. Assim, a convicção na parcialidade das informações, que sobreviveram à ação do tempo, deu luz ao principal questionamento desse trabalho: Por que encontramos elementos da cultura do dominado na representação produzida pelo dominador? Sabemos que para prosseguir na busca de uma resposta, devemos reconhecer a necessidade de inferências, porém nos esforçamos ao máximo para preencher as lacunas deixadas pela falta de dados, utilizando informações baseadas em investigação indireta. Se já no início da pesquisa, sabíamos qual processo abordaríamos, e selecionamos o período, por nós considerado, para melhor identificá-lo, resta-nos agora apresentar o processo sob a abordagem conceitual desenvolvida ao longo das linhas anteriores, e ao mesmo tempo afastarmos a clássica pergunta: “isso é realmente geografia, ou é alguma nota de história?” (ESTAVILLE JR., 1991. p. 315).

Apresentamos nosso olhar, que se assenta na toponímia através da lente dos argumentos expostos, até agora, na presente dissertação. Desta forma, investigamos um processo, que é a produção de uma representação do espaço. Não podemos esquecer que:

“A representação resulta de um trabalho e como tal pode ser qualificada como energia informada. Essa energia informada, como todas as outras, aliás, não estável; ela se modifica e finalmente se degrada. (...) Imaginar uma representação estável é imaginar a imobilidade, portanto a morte ou entropia do ator” (RAFFESTIN, 1993. p. 147).

Assim, há que se ter claro que o *trabalho* se desenvolve por meio de um sistema de técnicas (SANTOS, 2004). Devemos considerar que a técnica é um instrumento do Poder, e que o trabalho projetado sobre o espaço é o território, ou seja, uma categoria analítica universal. Será que a dinâmica da energia informada que origina uma representação, não se dá devido à dinâmica da técnica de produzi-la? Pensamos que sim, e, desta forma, vemos a permissividade do território lusitano *de jure*, em relação ao processo de incorporação de objetos técnicos de outra cultura. Não afirmamos, contudo, que os estudos da toponímia devam se restringir ao passado, porém ratificamos, baseados na discussão acima levantada, que uma sólida análise em geografia deve considerar a dimensão espaço-temporal do fenômeno.

2.2 – Levantamento e tratamento dos dados

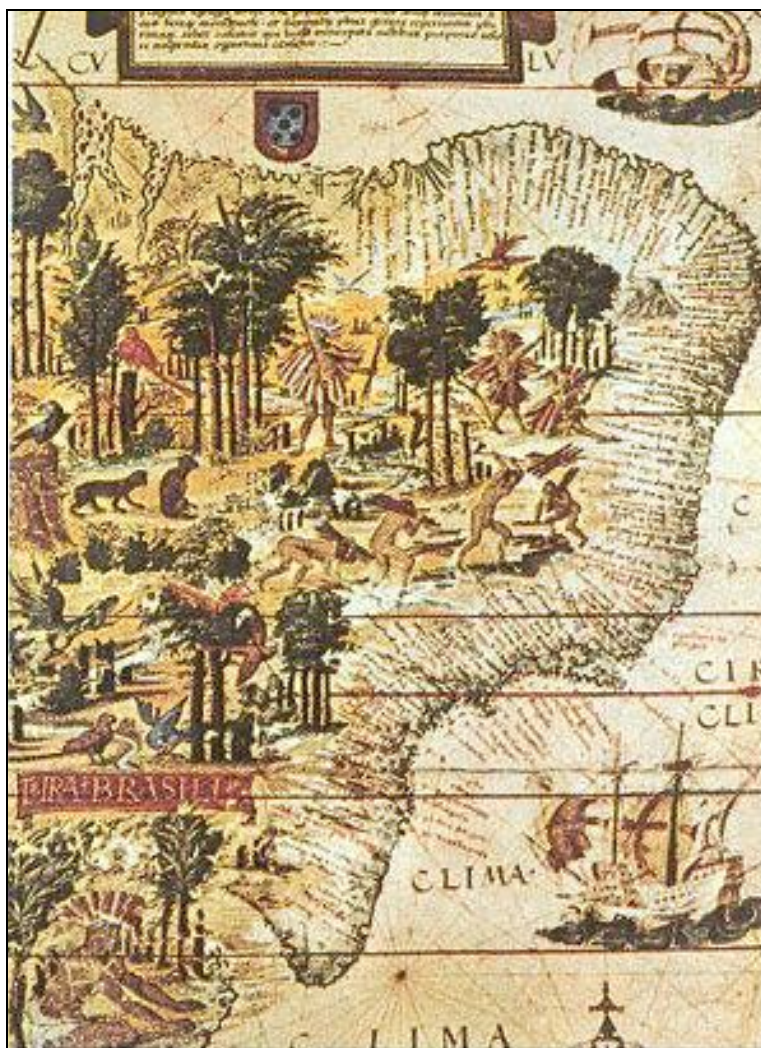
Os dados utilizados nesta pesquisa provêm de fontes diversas, as fontes utilizadas foram fontes primárias, como mapas históricos e a extensa relação de sesmarias criada pelo Professor Mauricio Abreu, com mais de 650 entradas listadas. Outra fonte de suma importância foi o trabalho publicado pelo Prof. Mauricio Abreu na reunião ANPUR 2003 na cidade de Belo Horizonte, que foi a produção de mapas conjecturais da distribuição espacial das sesmarias concedidas na Capitania do Rio de Janeiro de 1564 – 1600.

2.2.1 – Fontes primárias

a) Mapas Históricos

A seleção dos mapas que utilizaremos como fonte de dados é baseada na área representada e no período da produção. São raros os mapas que restaram do período colonial, muitos se perderam e outros foram destruídos, contudo ainda temos algumas fontes inestimáveis que nos abrem alguns caminhos para a compreensão da apropriação territorial portuguesa na colônia. Utilizamos um mapa do século XVI, que representa toda a costa da colônia portuguesa; dois do século XVII, pois são mapas pouco densos considerando-se o estágio da ocupação territorial; e um mapa do século XVIII, que é uma riquíssima fonte de dados, devido à complexidade nele representada. Os mapas utilizados são:

- Terra Brasilis de Lopo Homem de 1515/19 (Mapa 1), que é parte de um atlas que compreende mapas feitos entre 1515/19. Segundo Alberto Taveira, “o Terra Brasilis apresenta a melhor reprodução da Baía de Guanabara no início do séc. XVI, sendo o primeiro a grafá-la como ‘Rio de Janeyro’ e a desenhá-la como uma baía e não como a foz de um rio” (CZAJKOWSKI, 2000, p. 25). Este mapa se encontra na Bibliothèque Nationale de France, em Paris, porém se podem encontrar cópias fotográficas na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Esse mapa nos permite verificar a presença exclusiva de topônimos em idioma português em toda a costa do território.



Mapa 1 – Terra Brasilis. Lopo Homem 1515/19.

- Districto do Rio de Janeiro (Mapa 2), produzido por João Teixeira Albernaz, “o Velho” em 1631. Aqui se pode ver a baía de Guanabara com formas imprecisas, porém nos é útil por trazer pontos importantes, tais como fortalezas, igrejas, praias, ilhas e morros. Este mapa se encontra na Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, aqui apresentamos uma tabela com o levantamento dos topônimos nela presentes (Tabela 1).



Mapa 2 Districto do Rio de Janeiro. João Teixeira Albernaz 1631.

- Aparência do Rio de Janeiro (Mapa 3), confeccionado por Teixeira Albernaz, “o Moço” em 1666. Contamos com uma representação da Baía de Guanabara, na qual se demarcam as povoações no seu entorno e se ressaltam os engenhos, além de trazer uma rica toponímia costeira. Este mapa também se encontra na Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, segue uma tabela (Tabela 2) ao exemplo da anterior, com referência no presente mapa.



Mapa 3 - Aparência do Rio de Janeiro. Teixeira Albernaz 1666

- Topographica do Rio de Janeiro e sua indicação (Mapa 4), produzido por Leão Manuel Vieira, cerca de 1790. Na Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, existe uma cópia de 1908, também é possível visualizá-lo no portal virtual da Biblioteca Nacional²⁰. Esse é o mais completo dos mapas, até então produzidos, nele se pode ver com riqueza de detalhes a área compreendida entre Parati e Cabo Frio, são representadas cidades, vilas, aldeias, freguesias, capelas, engenhos, e a rede fluvial. Extraímos os nomes escritos na carta e produzimos uma tabela que apresentamos nos anexos (Tabela 3)



Mapa 4 - Topographica do Rio de Janeiro e sua indicação. Leão Manuel Vieira, cerca de 1790

²⁰ www.bn.br

b) Sesmarias

A relação de sesmarias criada pelo Professor Mauricio Abreu é o resultado de um esforço realizado ao longo de 20 anos de levantamento das cartas de sesmarias ou referências às estas, em diversas fontes no Brasil, Portugal e Vaticano. O intuito deste levantamento foi produzir uma base de dados para:

“Discutir o processo de apropriação territorial no Brasil colonial (...), empiricizar a discussão, identificando as formas, direções e ritmos da apropriação, os principais atores que dela participaram e os conflitos a que deram origem. Nosso objeto de estudo será a Capitania do Rio de Janeiro em seus primórdios, isto é, desde a fundação da cidade de São Sebastião até o final do século XVI. Nessa tentativa de reconstituição de um processo social perdido no passado e, sobretudo, de espacializá-lo”. (ABREU, 2003)

A lista consiste em uma coletânea de cópias de cartas de sesmarias ou alusões feitas a elas em fontes variadas, pois como relata Abreu, para a produção desta relação, partiu-se da listagem feita por Monsenhor Pizarro no final do século XVIII, porém esta é uma listagem incompleta, pela falta de registros, e também pela simplicidade das informações contidas sobre os registros presentes. Apesar destes problemas, ela é de extremo valor, pois foi baseada em livros de sesmarias que se perderam ao longo do tempo. Para complementar a obra de Pizarro, visando suprir as necessidades da pesquisa de Abreu, iniciou-se uma busca por informações sobre as sesmarias concedidas na Capitania do Rio de Janeiro em diversas outras fontes, até mesmo em Portugal e no Vaticano.

A relação das sesmarias se torna uma fonte inestimável para a elaboração desta monografia, por conter os topônimos utilizados na época abordada, pois nos registros de concessão, encontramos informações como o nome do beneficiado, as medidas da terra e, principalmente, sua localização. Segue um exemplo de registro:

Bartolomeu Pires - Anterior a 26/1/1595 - Chãos situados além da olaria desta cidade, junto a um outeiro onde está Diogo de Ponte. Álvaro Pires, irmão de Bartolomeu, receberá chãos junto a esses nessa data. Doação feita pelo Governador em terras do Conselho.

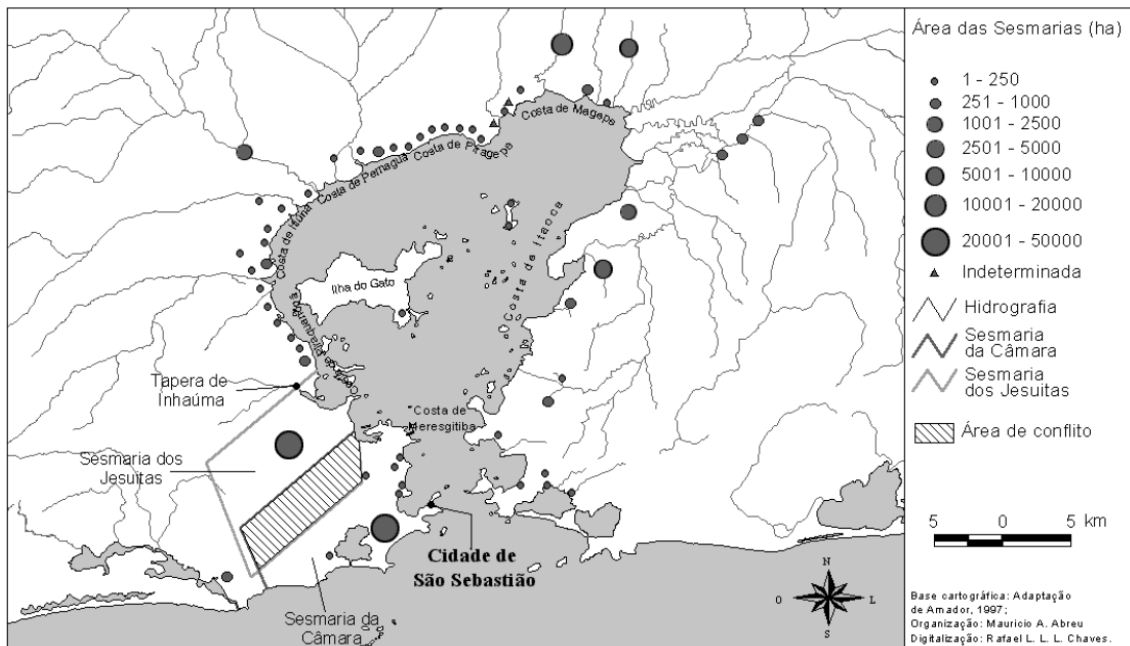
É mister ressaltar a riqueza que a fonte citada traz para este trabalho, pois não encontraríamos em nenhum outro lugar os topônimos na escala que esta nos oferece, a outra opção de dados são os mapas produzidos na época, mas estes, com raras exceções, representavam apenas a cidade ou a costa do mar e da baía.

2.2.2 – Fontes secundárias

A partir desta relação de sesmarias, Abreu criou mapas conjecturais. Para isto produziu-se uma base cartográfica confiável, adotando-se as devidas alterações feitas por Amador nas feições da orla da baía, e no curso dos rios que nela deságuam, reproduzindo de forma bastante precisa a configuração do Rio de Janeiro do século XVI. Como relata Abreu:

“Sobre ela [a base cartográfica de Amador] projetamos então o conteúdo das cartas de sesmaria e, complementarmente, as informações fornecidas por documentos encontrados em outras fontes. Para algumas sesmarias, foi possível chegar a limites bem precisos, pois delas encontramos documentação posterior, notadamente autos de medição. Para a maioria das concessões, entretanto, só chegamos a identificar a localização aproximada, ou seja, fomos capazes de reconhecer a área em que estavam situadas (por exemplo, o vale do rio Inhomirim), mas não a sua correta posição nesse vale. É certo, ademais, que acabamos alterando a posição de inúmeras sesmarias, pois a relação de Monsenhor Pizarro, ao indicar a localização da concessão, o faz muitas vezes na escala da bacia hidrográfica e não do rio propriamente dito. Em outras palavras, ao afirmar que a concessão estava situada "pelo rio de Macacu a riba", Monsenhor Pizarro não necessariamente afirmava estar ela localizada à margem do Macacu, podendo, na realidade, estar situada junto a algum dos afluentes desse rio”. (ABREU, 2003, p.)

Obtiveram-se, então mapas, que mesmo não sendo absolutamente precisos, nos oferecem mais do que simples pistas para desvendarmos o processo de conquista e apropriação da Capitania do Rio de Janeiro (Mapa 5). Os mapas produzidos tratam da apropriação jurídica do território, pois raramente as sesmarias concedidas em áreas distantes da cidade, principalmente ao lado leste da baía de Guanabara, eram aproveitadas segundo os termos da concessão, permanecendo a área, por anos, sem povoamento português.



Mapa 5: Capitania do Rio de Janeiro – Distribuição de sesmarias (1565 – 1566). (ABREU, 2003. p. 8)

Durante o processo de confecção dos mapas de Abreu, notou-se a existência de dois tipos de topônimos, topônimos em língua indígena e em língua portuguesa. Para melhor compreender este fenômeno, a partir da lista de sesmarias já mencionada, elaborou-se uma extensa tabela, individualizando e classificando os topônimos contidos nas escrituras. A tabela considera o ano de doação da sesmaria, e o tipo de topônimo utilizado (europeizado, ou indígena). A organização criada, apesar de ser uma útil simplificação da relação de sesmarias, ainda era pouco operacional, pois não facilitava suficientemente a identificação de padrões na utilização dos diferentes tipos de topônimos, no processo de apropriação jurídica da capitania do Rio de Janeiro. Para tanto, optou-se por elaborar tabelas que revelassem a quantificação dos dados, elaborou-se então uma segunda tabela, que subdividimos em duas (Tabela 5 e 6) baseada nos dados contidos na primeira. Esta tabela foi uma importante ferramenta para verificarmos como se dividiam em dois idiomas os topônimos utilizados, e traçarmos uma comparação entre ambos.

Na etapa de desenvolvimento do trabalho que nos encontramos, nossa análise se restringe ao século XVI, porém os dados referentes ao século XVII estão parcialmente levantados. O próximo passo será o levantamento dos dados de origem cartográfica, e a complementação da lista de sesmarias para o século XVIII, para então cruzarmos os dados e obtermos informações que comprovem ou não uma hipótese que surgiu no desenvolvimento deste texto, que é a predominância dos nomes indígenas nas

cartas de sesmarias, enquanto que nos mapas, aparecem mais frequentemente os nomes europeizados.

3 – Imposição da toponímia na baía de Guanabara

Os parágrafos partícipes do capítulo que ora apresentamos, tratam de uma apresentação do período histórico cujos eventos interligam e clarificam o fenômeno proposto nessa dissertação, ou seja, da análise empírica teoricamente fundamentada nas páginas anteriores. Trazemos a nossa interpretação sobre o cruzamento dos dados encontrados, através da perspectiva teórico-metodológica exposta.

3.1 – Reconhecer e inventariar (1500-1564)

Ao chegar às terras americanas que lhes cabiam segundo o Tratado de Tordesilhas, os portugueses necessitavam reconhecer o território e inventariar os recursos passíveis de exploração, principalmente os sinais que indicassem a existência de metais preciosos. Para esse fim, se fez necessário um sistemático levantamento das características da nova possessão lusitana. Uma das dimensões primárias para o conhecimento das novas terras era a extensão destas, que implicava na ida do colonizador às novas terras, ou seja, a navegação ao longo de toda costa desconhecida.

O período inicial do contato com o novo território, que se estende até o ano de 1502, é baseado na descoberta e reconhecimento, e tem por característica a não fixação do português em terra firme. O interesse era a tomada de posse através do conhecimento das novas terras, inventariando todo o litoral da nova colônia, assim o fez a expedição de 1501, da qual não se tem certeza sobre o Comando, sendo atribuído a Gaspar de Lemos, a André Gonçalves ou a D. Nuno Manuel, nas palavras de Lamego:

“Do relatar de vários escritores encabeçados por Varnhagen, colige-se que esta esquadra veio batizando o nosso litoral, onomasticamente referindo os pontos mais conspícuos aos santos do calendário, nos consecutivos dias em que iam sendo descobertos” (LAMEGO, 1964, p. 139).

Os registros materiais das viagens de exploração foram as cartas aos monarcas, os diários de bordo e, aqueles que utilizaremos como fontes primárias, os mapas.

Todorov ao falar da América espanhola, descreve processo semelhante ao ocorrido na América portuguesa, afirmando que a população nativa despertara a curiosidade dos primeiros navegantes, mas apenas a curiosidade. Eles eram vistos como mais um elemento exótico passível de exploração econômica presente nas novas terras,

e não como um legítimo grupo social diverso. Portanto as observações feitas pelos primeiros europeus que chegaram ao novo continente a respeito do povo nativo eram apenas descritivas, não pretendiam compreender a sua cultura. Todorov apresenta uma análise sobre a relação entre os espanhóis e os índios americanos. Na primeira parte de seu livro, este autor trata da questão cultural envolvida no encontro entre Colombo e os índios da América Central. Apesar dos contextos da chegada de Colombo e do “descobrimento” da costa brasileira não serem os mesmos, pretende-se traçar um paralelo nas relações (ou em sua ausência) iniciais entre os navegadores das coroas espanhola e portuguesa e os autóctones, ou seja, o encontro entre duas culturas que até então nunca haviam se comunicado. A “questão do outro” proposta por este autor pode, nessa perspectiva, ser assumida também para a América portuguesa, pois tanto espanhóis quanto portugueses não viam os nativos como iguais. O historiador Arno Wehling também escreve sobre o encontro dos portugueses com os índios, embora de forma menos profunda no que refere à abordagem que buscamos, porém podendo servir de base para assumirmos o paralelismo (WEHLING, 1994).

Ao produzir seus mapas, os portugueses batizam as áreas como se estas não fossem previamente povoadas. Ao vermos no exemplo da América espanhola que “Colombo sabe perfeitamente que as ilhas já têm nome, de uma certa forma, nomes naturais (...); as palavras dos outros, entretanto, não lhe interessam muito, e ele quer rebatizar os lugares em função do lugar que ocupam em sua descoberta, dar-lhes nomes justos; a nomeação, além disso, equivale a tomar posse.” (TODOROV, 2003. p.38), podemos considerar que a opção de utilizar os topônimos na língua do colonizador não foi tomada por ignorância, mas sim pela insignificância que tinham os traços culturais dos nativos diante do ato oficial de apropriação da terra através do batismo, pois:

“O primeiro gesto de Colombo em contato com as terras recentemente descobertas (conseqüentemente o primeiro contato entre Europa e o que será a América) é uma espécie de ato de nomenclatura de grande alcance: é uma declaração segundo a qual as terras passam a fazer parte do reino da Espanha.” (TODOROV, 2003. p.39).

Aceitando que procedimento semelhante ocorreu na América Portuguesa, interpretamos o batismo dos lugares, não apenas como um ato de descrição da nova porção de terra encontrada, mas sim como um poderoso elemento simbólico demarcador do domínio territorial, pois o ato simbólico da atribuição de um nome baseado na própria cultura é mais relevante do que simplesmente um nome em sua língua, se a

questão se restringisse ao idioma, bastaria um nome descritivo, contudo prevalecem os nomes carregados de simbolismos “motivações”, assim vemos que:

“Como Adão no Éden, Colombo apaixonou-se pela escolha dos nomes do mundo virgem que está vendo; e, assim como para ele mesmo, os nomes devem ser motivados. A motivação é estabelecida de várias maneiras. No início, há uma espécie de diagrama: a ordem cronológica dos batismos corresponde à ordem de importância dos objetos associados aos nomes. A seqüência será: Deus, a Virgem Maria, o rei de Espanha, a rainha, a herdeira real. ‘À primeira que encontrei (trata-se de ilhas), dei o nome de San Salvador, em homenagem a sua Alta Majestade, que maravilhosamente deu-me tudo [quebra de página] isto. Os índios chamam esta de Guanaani. À segunda ilha dei o nome de Santa Maria de Concepción; à terceira, Fernandina; à quarta, Isabela; à quinta, Juana, e assim a cada uma delas dei um novo nome’ (Carta a Santangel, fevereiro-março de 1493).” (TODOROV, 2003. p.37-38).

Para nossa pesquisa, é mister ressaltar que os portugueses navegavam a costa, batizando seus acidentes com topônimos hagiológicos baseados no mesmo calendário, e que o litoral da América portuguesa representada na carta portulano de Canério, datada de 1505 ou 1506, já é densamente povoado por topônimos em língua portuguesa. Isso não revela a inexistência de nomes ou de homens nativos nas novas terras, contudo não poderíamos esperar que em uma fração temporal tão pequena, tenha se modificado tanto o tratamento dado ao autóctone, por colonizadores que não os viam como iguais, pois sabemos que em suas primeiras viagens:

“Colombo fala dos homens que vê unicamente porque estes, afinal, também fazem parte da paisagem. Suas menções aos habitantes das ilhas aparecem sempre no meio de anotações sobre a Natureza, em algum lugar entre os pássaros e as árvores.” (TODOROV, 2003. p.47). .

O interesse dos portugueses neste primeiro momento era simplesmente o de tomar conhecimento das novas terras e das possíveis riquezas nela contidas, tendo em vista que sua empresa mais lucrativa estava baseada na navegação ao oriente. Os recursos buscados neste primeiro momento são apenas aqueles passíveis de extração (principalmente metais e madeiras). Não há a idéia de fixação de população nas terras recém descobertas, não havia recursos financeiros e nem populacionais para tal missão. Não podemos nos esquecer que a Europa da época era economicamente declinante e que ainda estava recuperando o contingente populacional, muito reduzido após a peste negra ocorrida no século XIV, que dizimou boa parte da população.

Inicia-se no ano 1502, a exploração comercial do Pau-Brasil; a forma utilizada foi a instauração de feitorias para o armazenamento e comercialização da matéria-prima extraída pelos índios. Eram fortificadas devido à constante ameaça pirata, principalmente francesa, e à existência de tribos hostis. Neste momento ainda não havia, ou era incipiente, a interação cultural com os autóctones, pois como apontam diversos historiadores, referindo-se a uma destas feitorias nas proximidades do Cabo Frio, era rigorosamente proibido o contato entre a tripulação e os nativos; os únicos intermediários eram os funcionários da feitoria.

Neste período, que se estende até 1530, praticamente toda a atual costa brasileira era conhecida pelos portugueses, e como podemos ver no mapa de Lopo Homem, que é “Parte de um atlas que compreende mapas feitos entre 1515/19 englobando as descobertas do império português” (CZAJKOWSKI, 2000, p. 25), a totalidade dos nomes presentes na carta, são em língua portuguesa, o que reforça a interpretação apresentada. Segundo o exposto, podemos pensar que o período abordado se caracterizou pela ausência de trocas culturais, imperando, assim, a cultura do colonizador refletida no objeto simbólico espacial não material que é o nome dos lugares, que constitui a representação do território através da toponímia.

3.2 – Colonização de fato

Devido às freqüentes ameaças francesas e espanholas, torna-se necessária a ocupação do território colonial. Inicia-se então, na década de 1530, o processo de colonização. Neste momento, por falta de recursos próprios e diante da iminente ameaça estrangeira, a necessidade da ocupação da terra levou o rei dom João III a optar pelo sistema de capitânicas hereditárias, que é a concessão da posse da terra ao investidor privado. Os capitães donatários, aqueles que recebiam a posse da terra, tinham por obrigação:

“garantir a extração de pau-brasil, ouro e outras riquezas e para implantar uma agricultura de exportação que atendesse aos interesses comerciais portugueses (...). Poderiam, também, fundar vilas, nomear funcionários e distribuir sesmarias” (WEHLING, 1994).

Contavam, além disso, com o direito de escravizar índios em número ilimitado e exportar certo número destes para Portugal.

O sistema colonial se diferenciou do sistema de feitorias, principalmente pela atividade econômica exercida, sua forma de exploração e a forma de ocupação territorial. Num primeiro momento, como visto, a economia era baseada na extração do pau-brasil, a mão-de-obra utilizada era a indígena, nada se produzia, utilizava-se assim o mesmo modelo adotado nas colônias africanas e asiáticas. No segundo momento, era necessária a ocupação do território colonial, para assim assegurar sua posse frente às investidas estrangeiras, mesmo não se abandonando a extração do pau-brasil, introduziu-se na colônia a produção de cana-de-açúcar que utilizava, inicialmente, a mão-de-obra escrava indígena e, posteriormente, africana. Isto possibilitou o surgimento dos primeiros povoados portugueses na América.

Observando as atribuições dos capitães donatários, podemos perceber as relações que surgiram entre o europeu e a terra, e o europeu e os nativos. A extração dos recursos naturais não cessa, contudo inicia-se a etapa do investimento na produção agrícola, que impõe um novo sistema de organização territorial e burocrático regido pelos capitães, que, por sua vez, criam os novos nós que comporão a malha das vilas fundadas e nomeadas pela autoridade lusitana na colônia. O papel do indígena será alterado, este conviverá subjugado, porém mais próximo do colonizador, o que

intensificará as trocas culturais e fornecerá conhecimento local através da transmissão, ao menos em parte, da logística espacial indígena para o europeu.

O povoamento da terra levou à maior convivência com os índios, pacífica em alguns pontos e, como sabemos hostil na maior parte, como no caso das vilas fundadas na capitania de São Tomé, que foram arrasadas pelo autóctone. Neste período intensificaram-se de um lado os esforços de catequização dos índios por parte dos jesuítas, e por outro lado a captura e escravização por parte dos colonos. “A Escravização demonstrou ser, desde o primeiro momento uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra” (FURTADO, 1991. p.41), pois não havia mão-de-obra européia suficiente para a produção na lavoura de exportação. A captura do nativo deu sentido à permanência de assentamentos que não obtiveram êxito na plantação de cana-de-açúcar, pois esses se especializaram na “caça” e exportação de mão-de-obra cativa para outras áreas da colônia, como foi o caso de São Vicente; nestes assentamentos, pensamos que a dinâmica do processo abordado nessa dissertação tenha tomado caminho diverso, porém não poderemos, por ora, abordar esse viés por limites de tempo e recursos.

Como visto acima, uma das atribuições dos Capitães Donatários era promover a apropriação territorial através do instrumento jurídico da Sesmaria, este foi debatido por Abreu no X ENA²¹ (ABREU, 2003), afirmando o citado autor que:

“A Coroa Portuguesa tomou posse do território brasileiro por *direito de conquista*. Por essa razão, quando teve início o processo de colonização, seus representantes foram autorizados a distribuir a terra conquistada como se fosse terra virgem, sem qualquer cultivo anterior. Para promover o povoamento, foi utilizado o já conhecido instrumento jurídico da sesmaria, resultando daí a concessão de propriedades alodiais, isto é, independentes de qualquer senhorio, mas que deveriam ser cultivadas num determinado prazo, sob pena de cancelamento da concessão” (ABREU, 2003, p.1).

A conquista portuguesa da baía da Guanabara

Em 1564, no território que viria a ser a Capitania Real do Rio de Janeiro, as primeiras sesmarias foram concedidas por Pedro Ferraz de Barreto, Loco-Tenente de Martin Afonso de Souza, capitão-mor de São Vicente, aos expedicionários que se preparavam para investir contra os franceses sitiados na ilha, por estes, batizada como

²¹ X Encontro Nacional da ANPUR.

Coligny, que dali estabeleceram aliança com os tamoios, inimigos dos portugueses, erigiram uma fortaleza e forçaram a saída dos índios Maracajás, aliados portugueses, da ilha de mesmo nome situada na baía de Guanabara, atual Ilha do Governador. Desta maneira, formava-se um “Território Anti-Lusitano” (ABREU, 2005, p.17) nas proximidades da capitania de São Vicente.

Das cartas de sesmarias, então, concedidas, extraímos o nome do beneficiário, o ano da sua concessão e, principalmente, a forma utilizada para localizar as terras, juridicamente concedidas (Tabela 7). A primeira doação aconteceu em 02 de fevereiro de 1564, ao fidalgo Jorge Pires e seu filho Simão da Mota, o documento de registro nos informa, que a terra concedida era destinada à construção de casas, junto à cidade que viesse a ser fundada. Já a segunda sesmaria, foi pedida por Jorge Fereira e seu genro Domingos Garocho “além da Carioca, indo direito à casa de pedra e cortando o Pão de Açúcar, que está na barra, até sair a costa do mar, e uma ilha de mato que está acima da Fortaleza de Virgalhão” (Fonte: Relação das sesmarias produzidas por ABREU). Chama-nos a atenção, o detalhamento das referências espaciais contidas nas diferentes cartas, pensamos que a primeira, por se tratar de uma doação a um “ilustre”, é bem genérica, pois não se sabe onde a cidade será fundada, ou seja, o conhecimento da área não é suficiente para definir qual será o sítio definitivo. Interpretamos, que por se tratar de uma concessão feita por uma autoridade em São Vicente, para seus interesses, o de promover o povoamento da terra, apenas a “cidade ou vila” servem de marcos, enquanto que a segunda, por tratar de um pedido, denota o interesse por uma área, que, necessariamente, é conhecida, pois somente assim, se pode descrever tão precisamente o quinhão que se almeja receber.

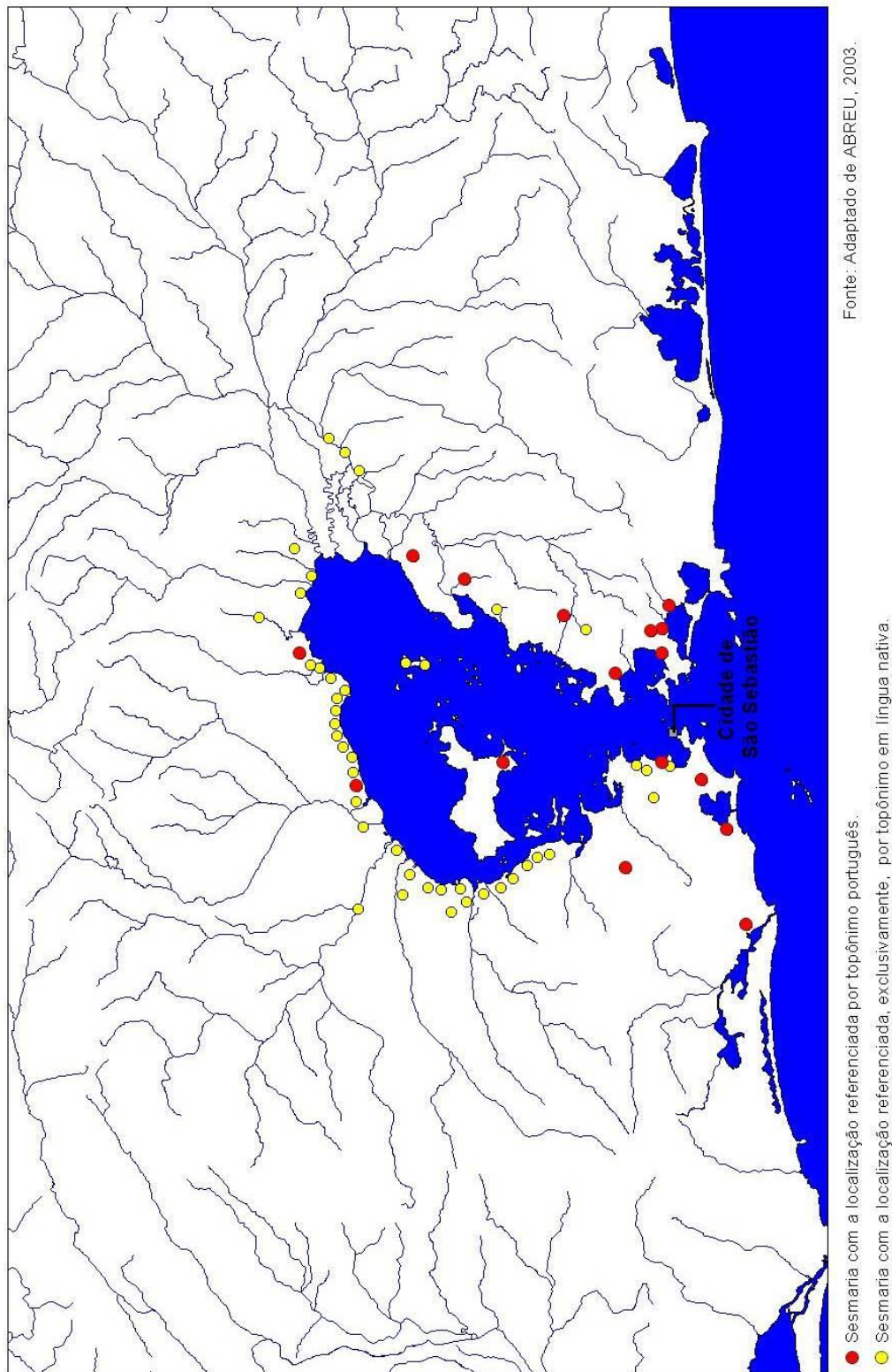
A retomada da baía de Guanabara pelos portugueses não foi apenas uma guerra entre europeus, diversos historiadores apontam para a participação decisiva dos nativos em ambos os lados. Importa-nos, assim, saber que portugueses e franceses se relacionaram diretamente com os nativos, e que trocas culturais se estabeleceram; se por um lado os indígenas se utilizavam da tecnologia e organização dos europeus para atingir seus objetivos impulsionados pela rivalidade histórica entre as tribos, do outro lado os europeus necessitavam de braços para a guerra e logística para a ocupação territorial.

Após a retomada do controle da baía de Guanabara pelos portugueses, o processo de distribuição das sesmarias, a expansão da apropriação jurídica da terra, é reiniciado por Estácio de Sá. Este distribuiu 60 sesmarias na área do recôncavo da

Guanabara. Ao fazermos uma lista dos topônimos utilizados para o referenciamento espacial das terras juridicamente concedidas (Tabela 5), vemos que 55 cartas de sesmarias lançam mão de nomes indígenas, 16 utilizam nomes europeus, das quais apenas quatro utilizam exclusivamente os nomes em português. Nessa mesma listagem também é possível identificar 28 diferentes topônimos em língua indígena (68% do total dos topônimos encontrados nas cartas, considerando as grafias diferentes para o mesmo nome) e 13 (32%) diferentes topônimos em idioma português. Os dados, ora apresentados, evidenciam o predominante uso da toponímia indígena nos primeiros anos da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, porém, ao serem observados em paralelo à citada tabela, podemos verificar que dentre os 13 topônimos portugueses, nenhum deles é hagiologicamente ou monarquicamente baseado, tratam de descrever as feições da paisagem (Praia Grande, Lage, Mar Bravo, Casa de Pedra); também existe um caso de associação entre um objeto geográfico, um morro elevado, e a parte mais alta das embarcações (Gávea); e é possível observar um caso de tradução da toponímia autóctone (Ilha do Gato = Ilha de Maracajá). Podemos interpretar que a toponímia utilizada pelos portugueses nas cartas de doação de sesmarias se apresenta como um sistema de códigos para a localização dos objetos, porções de terra, no espaço; e que se evidencia desta forma a relação entre os nativos e estrangeiros, indicando que houve absorção deste elemento da cultura autóctone pelos europeus que aqui viviam. Não pretendemos dizer que os portugueses se apropriaram de toda carga simbólica contida na toponímia, porém não podemos negar que o sistema de referenciamento espacial indígena foi adotado pelo europeu. Apesar de alguns nomes de lugares se apresentarem em idioma lusitano, sua carga simbólica ainda é reduzida, pois pensamos que estes elementos, assim como a toponímia autóctone para o estrangeiro, referenciam no espaço e descrevem este, mas não contam histórias.

A idéia acima apresentada é ratificada ao observarmos o mapa da localização das sesmarias doadas por Estácio de Sá (Mapa 6), neste mapa podemos perceber que as sesmarias que têm sua localização referenciada por topônimos em idioma português, se concentram na entrada e dentro da baía de Guanabara, a área ocupada pelos portugueses até o momento e também sítios estratégicos para a defesa da mesma (ABREU, 2003), isso significa que coube às terras situadas em áreas ainda não apropriadas de fato, a apropriação jurídica através da referência por topônimos indígenas, ou seja, o povo europeu ainda não estabeleceu laços suficientemente fortes com a terra para batizá-la e incorporá-la como *lugar* (TUAN, 1983).

Capitania do Rio de Janeiro - Distribuição de Sesmarias (1565-1566)



Mapa 6: Capitania do Rio de Janeiro – Distribuição de sesmarias (1565 – 1566).

A colonização inicial do Rio de Janeiro

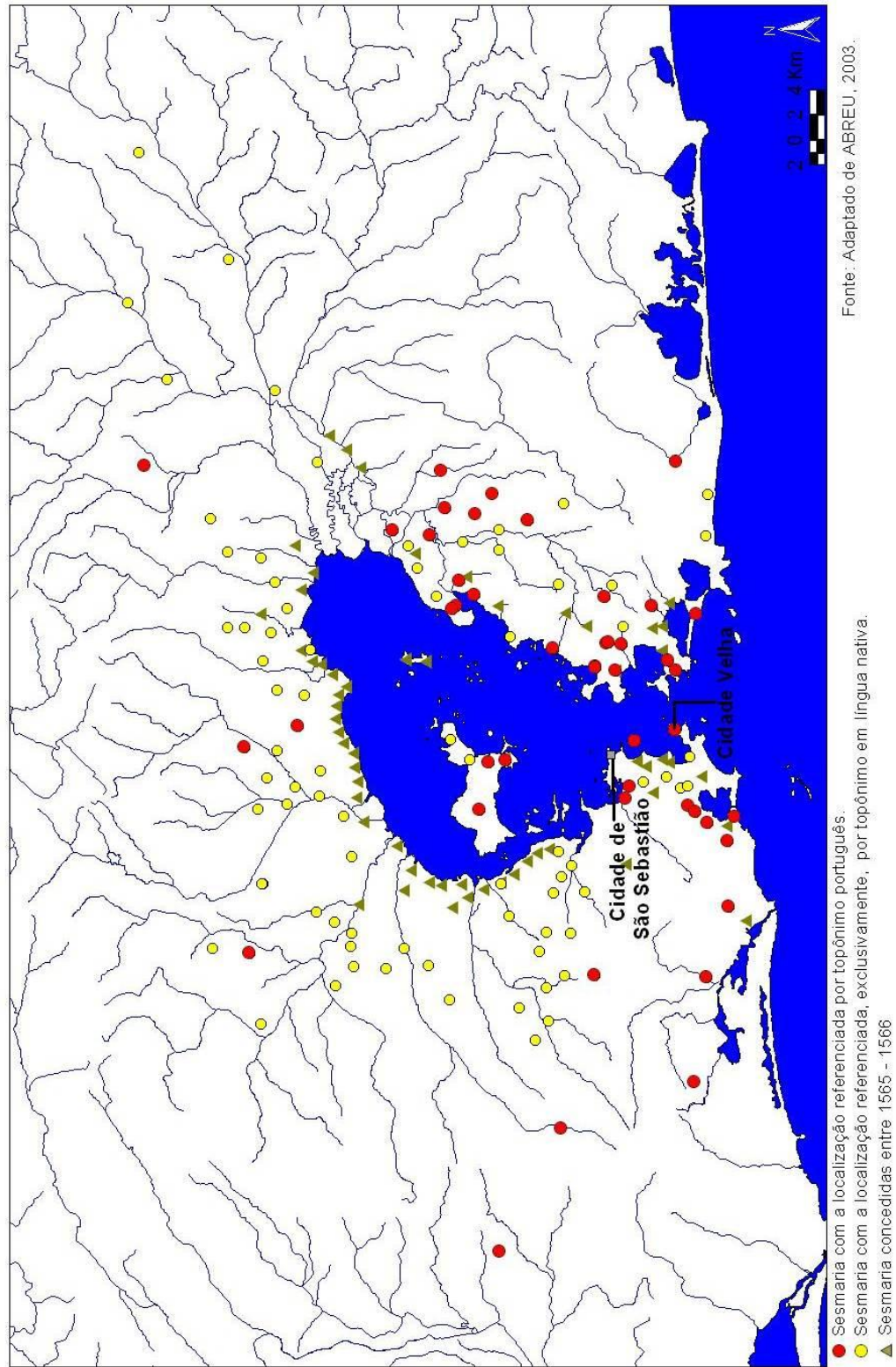
Ao observarmos os dados da tabela 6 (Tabela 6), verificamos que entre os anos de 1567 e 1600, foram concedidas novas sesmarias, neste universo encontramos 82 (76%) diferentes topônimos indígenas e 20 (24%) portugueses, devemos reconhecer que esta listagem não incorpora todas as cartas de sesmarias doadas no período, pois o livro de registro das sesmarias concedidas logo após a transferência da cidade se perdeu (ABREU, 2003). A informação, obtida da tabela, nos fez refletir sobre as causas da redução do número relativo de topônimos em língua portuguesa em comparação com o período anteriormente examinado, pois era de se esperar que com mais tempo e maior intensidade de ocupação da terra, a relação afetiva do *novo povo* com a *nova terra* se intensificasse e que a tendência de aparecimento de topônimos em língua portuguesa fosse inversa. Tendo em mente que o comportamento humano não é o mais fiel dos objetos para se aplicar tendências, buscamos esclarecer as razões da predominância da toponímia indígena no sistema de referenciamento espacial utilizado pelos colonizadores, e encontramos uma pista quando Abreu afirma que:

“(...) no início da década de 1570, quase todas as terras próximas à cidade já tinham dono. Por essa razão, aos novos povoadores restavam apenas três opções: arrendar terras já concedidas a particulares, aforar terras do patrimônio municipal ou solicitar sesmarias em sítios distantes, de difícil acesso e/ou muito próximos do gentio hostil” (ABREU, 2003, p.10).

Ao verificarmos, assim, os mapas publicados no referido trabalho, dos quais adaptamos o mapa seguinte (Mapa 7), temos uma visão clara da marcha da ocupação jurídica da terra, porém sabemos que esta não foi a ocupação de fato. Neste momento da ocupação territorial do Rio de Janeiro, quando se extinguiu a ameaça francesa na Guanabara, o assentamento lusitano foi transferido para seu sítio definitivo, no morro de São Januário (Castelo). Evidencia-se nesse período que muitas das terras doadas não foram aproveitadas, pois seus beneficiários não pretendiam fixar-se na área após a conquista, contudo “com o índio, o negro, o mameluco e o mulato é que partem os primeiros brancos para o cultivo de suas sesmarias” (LAMEGO, 1964, p. 149) e assim se inicia, nesse período, a ocupação de fato da Guanabara até 1575, principalmente na margem ocidental da baía devido à constante ameaça de ataque dos Tamoios, que embora tenham sofrido consideráveis perdas nos embates anteriores, se mantinha resistentemente assentados na banda oriental, nas imediações do Cabo Frio; e após este

período, rompendo a fronteira do território tamoio, com a extinção destes, através da guerra comandada pelo Governador Salema.

Capitania do Rio de Janeiro - Distribuição de Sesmarias (1567-1600)



Mapa 7: Capitania do Rio de Janeiro – Distribuição de sesmarias (1567 – 1600).

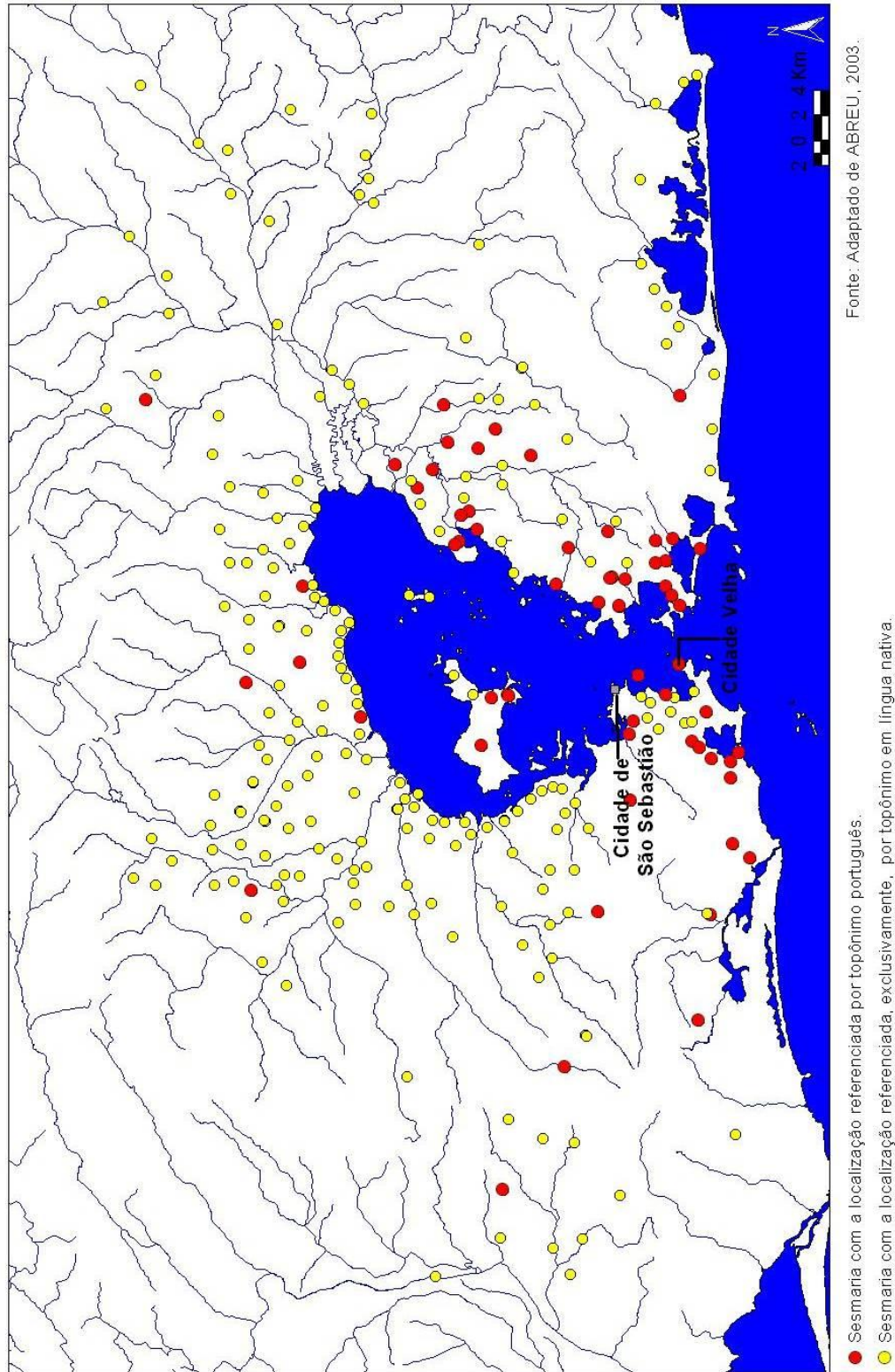
Uma análise da toponímia na Capitania do Rio de Janeiro no século XVI, não seria suficiente sem a consideração das múltiplas escalas que se sobrepõem no espaço e tempo abordados, sendo que em cada escala os atores operantes não são os mesmos, logo abrindo o leque de interpretações. Podemos observar uma primeira escala mais abrangente na qual, os atores que deixaram relatos, estavam apenas descobrindo a terra, e para tanto era necessário que essa fosse descrita para comunicar essa nova informação, então os nomes são o símbolo grafo-fonético para esse reconhecimento, atribuídos com base em toda a cultura europeia católica impregnada no “descobridor”, que mal se deu conta da existência da população nativa.

A segunda escala se introduz num segundo recorte histórico, o período da apropriação na dimensão local possibilitado pela conquista da Guanabara e fundação da Cidade de São Sebastião, que consolidou povoamento e fixação do português na terra. Percebemos que a toponímia autóctone que, aqui voltamos a repetir, era um sistema de referenciamento espacial e elemento da cultura indígena, portanto, carregado de significado para estes, foi em parte apropriada pelo colonizador. A apropriação não se deu inteiramente, as histórias que os topônimos contavam para os indígenas, não eram repetidas ao ouvido do português, os significados carregados pelas palavras não são transmitidos ao colonizador, a toponímia é apropriada como um sistema de códigos de referenciamento espacial, assim como coordenadas geográficas. Por entendermos “toponímia” como o sistema de códigos carregados de significados, utilizados para localizar objetos no espaço, pensamos que na Capitania do Rio de Janeiro no século XVI houve o surgimento de uma toponímia fluminense de fato, pois através da combinação entre parte toponímia nativa e a nova toponímia lusitana, temos um híbrido composto pelo sistema de códigos de referenciamento autóctone, extirpado seu significado, apropriado e utilizado pelo colonizador mesclado com o sistema de códigos de referenciamento impregnados de significados lusitanos, ou seja, os objetos não materiais do grupo cultural nativo que são compostos por forma, língua autóctone, e função, de referenciamento e simbólica, passam a compor um novo sistema de objetos, a toponímia carioca, que é a soma das formas indígena e lusitana, e das funções de referenciamento dos dois povos, contudo com a função simbólica atribuída pelo colonizador.

Vemos que na nova toponímia se evidencia certo padrão de utilização dos elementos, como podemos observar no mapa (mapa 8) híbrido dos dois previamente exibidos, há a concentração dos elementos da categoria em língua portuguesa nas áreas

ocupadas, em grandes feições geográficas e áreas estratégicas para a defesa da baía, restando às outras áreas o referenciamento pelos elementos da categoria indígena.

Capitania do Rio de Janeiro - Distribuição de Sesmarias (Séc. XVI)



Mapa 8: Capitania do Rio de Janeiro – Distribuição de sesmarias (1565 – 1600).

A expansão da colonização do Rio de Janeiro

Os dois primeiros séculos do Brasil colonial são marcados pela confirmação e expansão da lavoura de cana no território, inicialmente apenas no litoral, e gradativamente avançando para o interior ao longo do século XVII. Apesar de na capitania do Rio de Janeiro ter se consolidado o povoamento e o cultivo da terra, e de ambos se encontrarem em processo de expansão pelo recôncavo da baía subindo o leito dos rios, essa cidade não serviu de contexto para significativos movimentos de incursões ao interior. Não podemos esquecer que os fluxos da área rural se direcionam para, e provindos da cidade, e os desta assim o fazem com a metrópole.

Ao vermos Abreu afirmar que, já no último quartel do século XVI, todas as terras próximas à cidade já tinham donos, podemos inferir que as novas concessões de sesmarias seriam motivadas por pedidos dos beneficiários, seguindo nessa linha, pensamos que só se é possível pedir o que se conhece, e no nosso caso, só se pode comunicar o desejo de receber as terras que são mensuráveis e localizáveis no espaço. Dessa forma, o topônimo adotado se oficializa e se consolida, através dos documentos de sesmarias, na toponímia da Capitania do Rio de Janeiro, como um elemento de referência locacional.

Sempre presente na expansão do povoamento lusitano, estava a Igreja. Recém fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, foi instituído que todos os habitantes do território seriam fregueses da paróquia de São Sebastião. Com o passar dos anos e o avanço do povoamento, quantitativa e territorialmente, diversas capelas e igrejas foram sacramentadas na extensão da apropriação de fato do território. Apresentamos em anexo, uma tabela com a fundação das paróquias e freguesias (Tabela 7) baseada no levantamento de Pizarro (PIZARRO e ARAÚJO, 1948). É interessante notarmos, que dentre as 15 freguesias instituídas no Rio de Janeiro no século XVII, apenas duas delas têm seus nomes exclusivamente em língua portuguesa. Cabe, agora, investigarmos o porquê das palavras indígenas nos nomes das freguesias. Não pensamos que seja simples coincidência, o fato das palavras que compõem os nomes dos elementos da estrutura religiosa, sejam os mesmos que descrevem a localização, como visto, das sesmarias. Logo, podemos deduzir que, as freguesias são batizadas seguindo um padrão, que é o nome do padroeiro seguido do nome do território de sua jurisdição, assim temos, Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, paralelamente à Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu. Admitindo a hipótese proposta como uma interpretação

possível, podemos inferir que as áreas, nas quais as instituições religiosas se estabeleceram, são referenciadas e comunicadas pelas palavras que compõem os nomes das freguesias. Essas afirmativas nada mais nos mostram, do que a cristalização de alguns topônimos no território fluminense, porém quando interpretadas junto aos mapas de João Teixeira Albernaz “O velho” e João Teixeira Albernaz “O moço” (Mapas 2 e 3. Páginas 46 e 47), temos uma perspectiva que vai mais além.

Os mapas mencionados são representações do território, e desta forma são resultado de trabalho em benefício de um Poder. Este é oriundo da coroa portuguesa, a qual possui seus próprios sistemas de técnicas. Por isso, não nos espantamos quando vemos que a toponímia é mostrada, na maior parte, composta por topônimos em língua portuguesa, e que estes se referem tanto aos objetos naturais quanto aos construídos, porém percebemos também, que os objetos mais importantes na paisagem, ou os que contam com posicionamento estratégico para a defesa do território, são aqueles batizados em português. Por outro lado, vemos a incorporação de objetos técnicos nativos, portanto, provenientes de outra temporalidade, refuncionalizados e adequados à nova temporalidade. É impressionante a capacidade de absorção de tais objetos, por parte da igreja, de maneira que o “endereçamento”, ou seja, a técnica selecionada para a localização de uma forma no espaço, se utiliza dos elementos locais, tanto que parte dos topônimos indígenas, utilizados pelo poder político português, tratam de nomes de igrejas.

A partir do processo de ocupação da terra, iniciou-se a interiorização da conquista. Sabe-se que, no século XVI, o grande desafio era ocupar a costa, processo ainda não completado no final do século XVII, porém são estabelecidos os parâmetros para a conquista do sertão. Veremos agora, como se compõe a toponímia fluminense no século XVIII.

3.3 – Interiorização da colonização de fato

A descoberta do ouro nas Minas Gerais na última década do século XVII alterou a dinâmica territorial da colônia, a interiorização do povoamento foi, então, incitada, como afirma Prado Júnior:

“A dispersão pelo interior, intensa e rápida é da primeira metade do século XVIII, quando o ouro descoberto sucessivamente em Minas Gerais (último decênio do séc. XVII), em Cuiabá, em 1719, e Goiás seis anos depois, desencadeia o movimento” (PRADO JÚNIOR, 1999, p.29).

A comunicação com as minas, se dava, no final do século XVII e primeiros anos do século XVIII, pelo caminho que descia a serra até Paraty, de onde se embarcava o ouro para o Rio de Janeiro, e de lá para Portugal. Em 1707, foi aberto o chamado Caminho Novo, como alternativa ao Caminho Velho. Iniciava-se no fundo da baía de Guanabara, subia o curso do rio Iguassú até o porto de Pilar (hoje Tinguá) e atravessava a serra da vila de Xerém em direção ao Paraíba do Sul. Encontrava o Caminho Velho em Ouro Branco, distrito de Vila Rica, atual Ouro Preto.

Estes eventos são de extrema relevância para nossa análise, pois veremos o crescimento populacional, nas palavras de Furtado “A economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia” (PRADO JÚNIOR, 1991, p.74), logo a expansão do território ocupado na Capitania. Perceberemos, também, o surgimento de inúmeras pousadas e paragens ao longo do Caminho Novo, que como verificaremos nos mapas que servirão de fonte de dados para este trabalho, a maioria dos topônimos, utilizados nessa área, eram em língua portuguesa. Porém, momentaneamente, nos deteremos à análise das informações trazidas pelo mapa de Manoel Vieira Leão, “Topographica do Rio de Janeiro e sua indicação” (Mapa 4). Partindo da representação do território mencionada, se gerou uma tabela (Tabela 3), na qual organizamos os topônimos, segundo a língua em que se apresentam, e aos objetos a que se referem, se naturais ou construídos.

Ao filtrarmos e cruzarmos os dados na tabela, obtivemos números interessantes. Extraímos do universo de 332 topônimos, 261 que identificamos como topônimos referentes a objetos da paisagem. Estes, separamos em palavras em língua nativa e em língua estrangeira, de onde obtivemos 156 na primeira categoria e 105 na segunda. Estes números por si, demonstram o que já foi dito sobre os mapas anteriores,

sobre incorporação da técnica nativa e sobre as relações entre o Poder e a representação, contudo este mapa nos traz novas informações. Observamos, que dentre os topônimos grafados em língua estrangeira, um terço se destina a referenciar objetos construídos, enquanto que no idioma autóctone, essa proporção cai para apenas cerca de um décimo, isso implica dizer, que a primeira categoria é, algo em torno de cinco vezes, mais numerosa do que a primeira. É um fato que os objetos construídos no território, assim o foram através do trabalho e do sistema de técnicas português, sejam eles objetos materiais ou imateriais, assim não poderíamos esperar uma proporção muito diversa da exposta, porém um dado é digno de nota. Na outra mão da análise dos dados da tabela, temos 198 topônimos que se referem aos objetos naturais da paisagem, porém a proporção se mostra diversa da anterior, aqui temos uma relação de praticamente equilíbrio entre os diferentes idiomas, porém quando damos mais atenção à hidrografia, verificamos que os topônimos autóctones representam o dobro dos estrangeiros.

As relações numéricas, que ora apresentamos, podem ser interpretadas sob a luz de uma abordagem geográfica baseada na discussão teórica, anteriormente levantada. Primeiramente, devemos ter claro que nomes de lugar são objetos técnicos não materiais carregados de simbolismos. Desta forma, vemos os colonizadores se apropriarem desses elementos, que têm origem em uma temporalidade remota, para localizar objetos geográficos, em sua maioria naturais, integrados ao território, através de representações, por um grupo anterior ao atual detentor do poder, ou seja, o Poder do presente de então, se apropriou do *trabalho* do Poder sucedido. Assim, o lugar se mostra único, pois somente no território específico e no tempo abordado, o conjunto dos objetos de diferentes técnicas, ou seja, de diferentes temporalidades, se conjugam para materializar o tempo.

4 – Considerações finais

Ao pensarmos sobre o texto de Azayahu e Golan, que complementa a obra de Dick, ao tratarem da dimensão política por trás da troca dos nomes dos lugares, e seus referenciais culturais. Podemos verificar a mudança dos nomes num processo histórico-político, tão caro a Seemann. Temos desta forma uma clara diferenciação do ato da nomeação dos lugares. O contexto por eles estudado é o da formação da identidade nacional israelense, enquanto nosso trabalho aborda um período e uma área diferentes, o que aumenta nossa preocupação com anacronismos.

Ao tratarmos do processo de (re)batismos nas terras coloniais portuguesas, não podemos dizer que havia a intenção da “aportuguezação” dos nomes de lugares na colônia, pois as evidências mostram que até o governo de Getúlio Vargas, não houve a mudança sistemática dos topônimos. A dúvida que paira é a questão da cristianização dos lugares, tendo como uma das suas múltiplas ferramentas, os hagiotopônimos, que segundo Da Mata, desaparecem em parte no território mineiro.

No caso da capitania do Rio de Janeiro no período estudado, verificaremos que o grupo detentor do poder, além de impor a sua própria, também absorve, em parte, a toponímia indígena, mas não a absorve como um elemento cultural, e sim como referencial de posição, apenas para orientar-se no espaço. Os nomes dos lugares são palavras de significado desconhecido, muitos permanecem, mas outros são substituídos, isso ocorre nas áreas onde já houve a apropriação de fato, ou áreas com importância estratégica (CHAVES, 2007).

Percebemos com este trabalho, que o processo de batismo das terras conquistadas pelos portugueses na América, acompanha a história dos lugares. Na medida em que estes lugares adquirem significado, ou seja, se diferenciam dos demais lugares, então, “comuns”, recebem nomes que demonstram a apropriação simbólica daquele lugar por um grupo cultural. Ao chegarem nas novas terras e as batizarem como se fossem terras desocupadas, “descobertas”; não se reconhece qualquer territorialidade de outro grupo cultural que naquelas terras já habitasse. No momento da conquista (1500 - 1530), o litoral foi mapeado e batizado para auxiliar a navegação e fazer o reconhecimento e apropriação jurídica das novas posses portuguesas, os portugueses apreendiam simbolicamente as novas terras como uma coisa una, não diferenciavam os lugares, a não ser pelas suas características físicas. Neste momento, os indígenas,

perante os olhos dos colonizadores, não são considerados como um grupo sócio-cultural, a toponímia indígena, que é um elemento cultural, é simplesmente, ignorada.

Quando se inicia o processo de ocupação das terras conquistadas, surge o contato e aproximação do colonizador com o colonizado. Aquele por absorver a toponímia deste, absorve parte de sua cultura, pois como dito anteriormente, a toponímia é fruto de um processo histórico de uma sociedade, que leva à diferenciação de um lugar em relação aos outros, ou seja, tornando aquele lugar único, um ente digno de ser nomeado. Observamos que o processo de apropriação da colônia tem três características: a apropriação jurídica, a apropriação de fato, e a apropriação simbólica. Vimos que estas faces, no caso da capitania do Rio de Janeiro, ocorrem em seqüência, e que a última é consequência da segunda, pois somente com o povoamento da terra, esta adquire valor simbólico na escala estudada.

Podemos finalizar este trabalho retomando a afirmação de Claval, que “nomear os lugares é impregná-los de cultura e poder” (Claval, 2001, p. 202), pois como observado ao longo do trabalho, a imposição da toponímia portuguesa sobre o território conquistado, e a absorção da toponímia indígena, pode revelar relações de poder e cultura entre as duas sociedades envolvidas no processo.

A terra conquistada era percebida num primeiro momento como um mistério uniforme, donde emergiam diversas possibilidades de riqueza, tudo eram generalizações, especulações. Num segundo momento, se principia o fim da homogeneidade através das diferenciações entre os lugares em uma escala espacial mais reduzida, afinal Irajá não é Rio de Janeiro, é apenas uma parte que unida às outras partes diferentes, compõem o Rio de Janeiro. Nesse segundo momento podemos ver que os portugueses aprenderam que os índios chamavam determinada área ou feição geográfica por determinado nome, Irajá por exemplo, em breve tempo, o que era conhecido como “Rio que os índios chamam de Irajá”, se torna simplesmente “Irajá”.

No terceiro momento, consolidado o povoamento europeu no território, uma área conhecida como Irajá, esta passa a se chamar Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Os portugueses, apesar de nunca saberem oficialmente que a palavra Irajá significa “capaz de mel, a meleira” (SAMPAIO, 1964, p. 275) para os indígenas, se apropriam da palavra mencionada, como um elemento do sistema de referenciamento espacial dos indígenas, ignorando que este elemento esteja impregnado de histórias nativas, e o hibridiza com elementos de seu próprio sistema de códigos simbólicos, ou

seja, tomam um objeto técnico, oriundo de uma temporalidade diversa, mantém sua forma, o refuncionalizam e o integram à nova representação.

5 – Bibliografia utilizada

- ABREU, M. A. . Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XI, p. 32, 2006.
- ABREU, Mauricio A. 2005
- ABREU, Mauricio A. Processo de conquista e apropriação do território: Capitania do Rio de Janeiro, 1564 – 1600. In: **Anais do X Encontro Nacional da Anpur**. Belo Horizonte, 2003.
- ABREU, Mauricio A. Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. In: **Geosp**, 7, São Paulo: Edusp, 2000.
- ABREU, Mauricio A. A apropriação do Território no Brasil Colonial. In: Castro I. E., Gomes P. C. C e Corrêa R. L. (org). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ABREU, Maurício de Almeida. Paradoxes of Modernity: imperial Rio de Janeiro, 1808-1821. **Revista Geoforum** 32, p. 533-550.
- ALDERMAN, D. Street names and the scaling of memory: the politics of commemorating Mártir Luther King, Jr within the African American community. In: **Area**, 35 (2), 2003, p. 163-173.
- AZEVEDO, A. **Vilas e cidades no Brasil colonial**. In: Terra Livre, 10, p. 23-78. [falta data]
- AZARYAHU, M. e GOLAN, A. (Re)naming the landscape: The formation of Hebrew map of Israel, 1949-1960. In: **Journal of Historical Geography**, 27 (2), p. 178-195. 2001
- BARBOSA, Rodolpho P. Padronização de Nomes Geográficos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v.42, n.1, p.147-155, 1980.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, F. **Escritos sobre História**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo** – séculos XV-XVIII. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BRUNN, S. & WHEELER, J. Notes on the Geography of Religious Town Names in the U.S.. In **Names**, vol. 14 (4) 1966.
- CASTELLS, Manuel, **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, Iná E. O Problema da Escala. In Castro I. E., Gomes P. C. C e Corrêa R. L. (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CHAVES, R. A apropriação simbólica do Rio de Janeiro colonial. In: **Anais do XI Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Bogotá, 2007.
- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 2ª edição. Florianópolis: EdUFSC, 2001.
- CORRÊA, R. Formas simbólicas e espaço. In: **Anais do XI Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Bogotá, 2007.

- CORRÊA, R. Monumentos, Políticas e Espaço. In: Geografia: **Temas sobre cultura e espaço**. orgs. CORRÊA R. L. e ROSENDAHL Z. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.
- CORRÊA, R. L. A Geografia Cultural e o Urbano. In: **Introdução à Geografia Cultural**, orgs. CORRÊA R. L. e ROSENDAHL Z. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CZAJKOWSKI, J. (org). **Do Cosmógrafo ao Satélite: Mapas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismos do Rio de Janeiro, 2000.
- DA MATA, S. O desencantamento da toponímia. In **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. orgs. CORRÊA R. L. e ROSENDAHL Z. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.
- DARBY, H. C. **A new historical geography of England**. Cambridge: Cambridge university press, 1973.
- DICK, M. V. P. A. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Arquivo do Estado, 1990.
- DICK, M. V. P. A. A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo 1554-1897. São Paulo: Annablume, 1996.
- ELIAS, Nobert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- ESTAVILLE, Jr., Lawrence E. Organizing Time in Historical Geography. In: Grenn, D. Brooks (ed.). **Historical Geography: a methodological portrayal**. Savage, Maryland: Rowman & Littlefeld Publishers, 1991.
- FURTADO, C. **A Formação econômica do Brasil**. 24ª ed. São Paulo: Nacional, 1991.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 5ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JOHNSON, H. B. A Colonização Portuguesa do Brasil, 1500-1580. In **História da América Latina: Volume 1 América Latina Colonial**, org. L. Bethell. 2ª edição. São Paulo: EdUSP, 1998.
- LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.
- LAMEGO, A. R. **O Homem e Guanabara**. 2ª edição. Rio de Janeiro: [editora], 1964.
- LEIGHLY, J. Biblical Place-Names in the United States. In: **Names**, vol 27 (1) 1979.
- MONMONIER, M. **From Squaw Tit to Whorehouse Meadow**. The University of Chicago Press. Chicago, 2006.
- NOBLE, L. Re-reading the city: indigenous geography and colonial space in the Australian city. In **Anais da Reunião do Rio de Janeiro**, organizada pela Comissão sobre o enfoque Cultural na Geografia, da UGI. CD-ROM. Rio de Janeiro, 2003.
- NUNES, José de Sá. Toponímia Brasília. **Revista Brasileira de Geografia**, v.13, n.1, p.102-122, 1951.
- OLIVEIRA, C. **Dicionário Cartográfico**. 4ª ed. – Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

- PANOFSKY, E. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- PETERSON, C. The Nature of Sobiet Place-Names. In: **Names**, vol 25 (1) 1977.
- PRADO JÚNIOR, C. **A formação do Brasil contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PIZARRO e ARAÚJO, J. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SACK, R. D. **Human territoriality: Its theory and history**. New York: Cambridge Press, 1983.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. 54, jun. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Regional de São Paulo, 1977.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- SANTOS, M. **Território e Sociedade**. Editora: Fundação Persel Abramo. 2000.
- SEEMANN, J. A análise da Toponímia como dimensão histórica na Geografia Cultural. In **Anais da Reunião do Rio de Janeiro**, organizada pela Comissão sobre o enfoque Cultural na Geografia, da UGI. CD-ROM. Rio de Janeiro, 2003.
- SILVA, Marcelo W.. **A formação de territórios ferroviários no oeste paulista, 1868-1892**. Rio de Janeiro: UFRJ. Programa de Pós-graduação em Geografia. Tese de doutorado. 2008
- SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.
- SOUZA, Marcelo L. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: Castro I. E., Gomes P. C. C e Corrêa R. L. (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TUAN, Y-F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983
- WEHLING, A. e WEHLING M. J. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- ZELINSKY, W. Along the frontiers of name geography. **Professional Geographer**, v.49, n.4, p.465-466, 1997.
- ZELINSKY, W. Classical town names in United States: The historical geography of an American Idea. In: **The Geographical Review**, Vol. LVII, Nº 4, October 1967.

6 – Anexos

Tabela 1

Tabela dos topônimos utilizados no mapa "Destricto do Rio de Janeiro", produzido por João Teixeira Albernaz, "o Velho" em 1631	
Indígenas	Europeus
Enççada Ubatuba	Larangeiras
Mandahug	Angra dos Reis
R: Guagendu	Barra
Ypoya	Povoação de N. S. da Conceição
R: Patigue	Curral dos Padres
Maraõbaya	I: de y. Grego
Pojuca	Ilha Grande
	Barra
	Pão dasucar
	forte de S: y.
	Viragalhão
	Cidade
	Fortaleza de Santa Cruz

Tabela 2

Tabela dos topônimos utilizados no mapa "Aparência do Rio de Janeiro", confeccionado por Teixeira Albernaz, "o Moço" em 1666	
Indígenas	Europeus
Barra de Baranboa	Agavea
Ilha de Tojuca	Ilha Cagada
Tojuca	Ilha Verde
Carioca	Ilha Redonda
Sirapuy (Igreja e povoação)	Ilha Veuerde
Aguassu (idem)	Pão de Asucar
Macacu (idem)	Praya
Guaximdiva (idem)	Barra de Poco Fundo
Praya de Taipu	Alage (ilha)
I. de Maricara	Forte de S: Ião
	Olaria
	Praya
	Odesterro (igreja)
	N: S: dajuda (Igreja)
	Asee
	Forte São Tiago
	S.to Antonio (convento e igreja)
	S: Sebastião (igreja)
	São Bento (convento e igreja)
	Forte de São Bento
	I: dos Ratos
	Banco (ao sul da dita ilha)
	Ilha das Cobras
	Ilha da Emxadas
	São Pedro (Igreja)
	São Christovão (Igreja)
	Aldeya
	Ilha da fonte
	Ilha da Pedra
	Ilha do Governador
	Martin (igreja e povoação)
	I. do Farmengo
	S. Gonçalo (Igreja)
	S. Lourenço (Idem)
	Ponta das Baleas
	S. Domingos (igreja)
	O sacco
	Fortaleza de Santa Cruz
	Barra Grande
	I. do Senhor Meu Pay
	Pão de Martim / Mourão (morro)

Tabela 3

Tabela dos topônimos contidos no mapa: Topographica do Rio de Janeiro e sua indicação, produzido por Leão Manuel Vieira, cerca de 1790.

ID		Objeto Natural	Objeto Construído	Port	Ind
1		I. do Mei...		x	
2		Barra da Tijuca			x
3			Guarda da Gavea ?	x	
4		Dois Irmãos		x	
5			N.S de Copacabana	x	
6		Praia Vermelha		x	
7	Cotumduba				x
8		Pão de Asucar		x	
9			N. S. da Gloria	x	
10			S. Crus.	x	
11			S. João	x	
12		Lagom ?		x	
13		Vilagalhão		x	
14	Boa Viage			x	
15	Jaravaia ?				x
16		I. das Cobras		x	
17			Armacão das Baleas	x	
18			Armazem da Polvora ?	x	
19	Lazaros			x	
20		R. S. Cristovão		x	
21		Ponta de Caju			x
22	Coqueirada			x	
23		Catalão		x	
24		I. d'Negrão		x	
25		R. Irajá			x
26		R. de S. João de Meriti			x
27		R. Sarapoy			x
28		R. Inhomirim			x
29	Pancaraba				x
30			N. S. da Guia	x	
31	Mava			x	
32			Cap de S. Fransisco de Guaras		x
33		R. Surui			x
34		Iriri			x
35		R. Guapimirim			x
36		Guarai			x
37		R. Guaxendiba ?			x
38		Paqueta			x
39	Itaoca				x
40		P. da Lus		x	
41		P. Lemos		x	
42			Porto Novo ?	x	
43		Ponta S. Gonçalo		x	
44		Saco		x	
45		Ponta Taipu			x
46	Mandú Velho				x
47	Marcos da Costa			x	
48		R. d. Ramos		x	
49		R. do Padre		x	
50		Rio Atiu ?			x
51		Rio do Pilar		x	

52		R. Agoaçu			x
53		Saracuruna			x
54			Guarda do pilar	x	
55		Foz S. Bento		x	
56			Olaria	x	
57	Gramacho			x	
58			Engº Cavarica		x
59		R. Meriti			x
60		R. Pavuna			x
61			Engº da Portela	x	
62			Campinho	x	
63		Rio Farinha		x	
64		R. Maracanan			x
65		R. Morto		x	
66		R. Tamarati			x
67		R. Seco		x	
68		Serra dos Orgaos		x	
69		Itacolomim			x
70			Cap. de S. Aleixo	x	
71		Serra da Mantiqueira			x
72		Ribeirão do Pascoal Francisco		x	
73		R. Parepe tingai			x
74		Ribeirão do Licenciado		x	
75			Guarda e freguesia nova do campo alegre	x	
76		Ribeirão da Pedra		x	
77		Ribeirão da Barreira		x	
78		R. do Bananal		x	
79		R. Piray			x
80	Guarda Iurioca				x
81		Ribeirão das Lagens		x	
82			Parte da Capitania das Minas	x	
83		Parahibuna			x
84		Rio Parahiba			x
85		Caxoeiras		x	
86	Farinha			x	
87		R. do Lucas		x	
88	Pedro Moreira			x	
89	M.el da Costa			x	
90		Rio Piabanha			x
91	Ce? Bolas			x	
92			Rocinha do Fagundes	x	
93	Boa Vista?			x	
94	Pampulha			x	
95		Arroio do Fagundes		x	
96		Arroio da Pedras		x	
97		Serra da Manga Larga		x	
98		R. das Araras			x
99	Marcos da Costa			x	
100		R. da Cidade		x	
101			Mage		x
102		R. Mage			x
103			Certao Ocupado por Indios Bravos	x	
104			Capitania das Minas	x	
105	Medeiros			x	
106			Registo de Mathias barbosa	x	

107	Simão Pereira			x	
108		3 Irmãos		x	
109		Registo da Parahibuna			x
110		R. Preto		x	
111		Ribeirão		x	
112	Manga Larga			x	
113	Alferes			x	
114	Pao Grande			x	
115		Cabo eu?		x	
116		Lange?		x	
117			Marca da Divisão	x	
118		R. Perapetinga?			x
119		Ribeirão de Paschoal Franciscos?		x	
120	Fuzil			x	
121			Capitania de S. Paulo	x	
122		Ribeirão do Barreiro		x	
123		R. Piracinanga			x
124		Rio Guapiguacu?			x
125		R. do Rabelo		x	
126		R. dos Morros		x	
127		R. do Milho		x	
128		R. Cacerebu?			x
129		R. Ingua			x
130		Serra da Tapacura			x
131		R. Parahiba			x
132		Serras do Mar		x	
133		R. Muriaé			x
134			Engenho da Santa Crus ?	x	
135		Rio Preto		x	
136		Lagoa de cima		x	
137		Serras Itacoa			x
138		R. do Inhé			x
139			Capitania do Espirito Santo	x	
140		Rio Camapuam			x
141		Ponta dos Manguinhos		x	
142		Rio Paraiba			x
143	Gargau			x	
144		L. Arasari			x
145	Goitacazes				x
146		L. quipari ?			x
147		Rio da Veiga		x	
148			Fazenda dos Relig Bentos	x	
149		Lago Bananr ^a			x
150		Corrego S. Felipe		x	
151			Fazenda d. El Rey	x	
152			Cap. d S. Goncalo	x	
153			Cap. c.v S. do Carmo	x	
154			Fazendas dos Viscondes	x	
155		Parte da Lagoa Feia		x	
156		R. do Imbe			x
157		Coqueiros		x	
158			Aldea de St. Ant. ^o	x	
159		Eng. de Ant ^o Pereira		x	
160		Lago da quarema			x
161		Lagoa do Campelo		x	
162		Lago Pay Grande ?		x	
163		Lago Pay Pequeno		x	

164			Aldeia Velha	x	
165		Serra d'Iriri			x
166		Lagoa Boacica			x
167	Pecados Mortaes			x	
168		Praia de Iriri			x
169		Rio das Ostras		x	
170		Morro de S. João		x	
171		R. Doirado ?		x	
172		R. Camburupu			x
173			Aldeia da Ipuca		x
174	Candaiaçu				x
175		R. das Contas		x	
176		R. de S. João		x	
177		R. d'Aldeia Velha		x	
178	Tran daS ^a ?			x	
179	Indios			x	
180	Capitão Cipriano			x	
181	Ant ^o Per ^a Ant ^o Luis			x	
182		R. Capivari			x
183		R. Grandes do Bacaxá			x
184			Religiosos do Carmo ?	x	
185			hospício ?	x	
186		R. Mataruna			x
187	Gurara				x
188	Sapiatiba				x
189		R. Paratimerin			x
190	Iuaba				x
191		Lagoa de Araruama			x
192		Salinas		x	
193		Ponta Groça		x	
194		Fundo do Leão		x	
195			Cidade	x	
196		Cabo Frio		x	
197		I. dos Porcos		x	
198			Fortaleza e Barra do Cabo Frio	x	
199		Ilha dos Papagaios			x
200	Capoés				x
201		Ilha comprida		x	
202	Cavalas			x	
203		Praa do pero		x	
204		Ilha d'Breu		x	
205		Ilha Branca		x	
206		Ponta de Buzios		x	
207	Ferradura			x	
208		Baia Formoza		x	
209		Ilha Raza		x	
210			Armaçam das baleas ?	x	
211		Ilha Feia		x	
212		Rio de Una ?		x	
213			Tapera dos Relig Bentos ?	x	
214			Campos novos Fazenda D. El Rey	x	
215	Pedro Dias			x	
216			Engenho	x	
217		R. de S. Pedro		x	
218		Serra d' Tingua			x

219	Pedro Ramos			x	
220	Provedor da Moeda			x	
221			Cap. Luis barboza	x	
222		R. Atu			x
223	Pedro Luis d. Mota			x	
224		Paso da Marambaia			x
225		Guandu			x
226		R. S. Antonio		x	
227		R. Douro		x	
228	Camboata				x
229		R. Marapecu			x
230		R. Cabende			x
231			Vala	x	
232			Engenho Mara pocu ?		x
233			Engenho Piranga		x
234		R. Piranga			x
235		R. Cabocu			x
236		Riachão		x	
237		R. Taipu			x
238			Engenho do Poze	x	
239			Engenho do Madureira	x	
240			Engenho Machambomba		x
241		Pavuna			x
242	Nazare			x	
243		R. Piavi ?			x
244			Engenho Jerixino ?		x
245			Engenho novo	x	
246			Engenho Inhamericu		x
247		R. da prata		x	
248		Guandu merim			x
249		R. Sacupema			x
250		Barra de Caisuru			x
251		Ponta de luatinga			x
252		Ilha de George grego		x	
253		Barra de Marambaia			x
254		Ponta dos Castilhanos		x	
255		Enceada das Palmas		x	
256		Abrolhos		x	
257		Ponta das Palmas		x	
258		Enceada de habrão		x	
259		Enceada da estrela		x	
260		P. de M ^a Albarda		x	
261			Tapera	x	
262		P. Vermelha		x	
263		Pota Acaya			x
264		Algodão		x	
265	Taquatiba				x
266		Comprida		x	
267		Saco d lapuiba			x
268	Brandão			x	
269	Mciel Calombo ?			x	
270		Enceada de Mambocava			x
271	Tapinhuacanga				x
272	Jacaray				x
273	Cutiaraçu				x
274	Cutiaramirim				x

275		Saco de Mangaratiba		x
276			Aldea de Mangaratiba	x
277		Ponta das Larangeiras	x	
278		Gaiba grande		x
279		I. d. Jardim	x	
280		i. Soraroca		x
281		I. Iaguana		x
282		Ilha dos Porcos	x	
283	Baiacica			x
284	queimada		x	
285	Almeida		x	
286		I. d. Lopes	x	
287	Gipoya			x
288			V. de Angra dos Reis	x
289		R. Mambucaba		x
290			Cap. d N S do Rozario	x
291	Batuba			x
292	Luis Mareno		x	
293		Rio Baracuy		x
294		R. Ariró ?		x
295			Guarda	x
296		R. Iapuiba ?		x
297		Ingaiba		x
298		Rio do Saco	x	
299		Rio Iri		x
300	Suzano		x	
301		Muriqui		x
302		Rio Piray		x
303		Rio Capiravi		x
304	Vigario		x	
305		Ribeirão dos Tres	x	
306			Guarada do Coitinho	x
307		Pasa 4	x	
308	Pasagens		x	
309		Morro das Caveiras	x	
310	Pasa Vinte		x	
311		Ribeira das Lages	x	
312	Machado		x	
313		Ribeirão do Machado	x	
314			Guarada do Pouzo Frio	x
315		R. Iguai		x
316			Guarda das Caveiras	x
317		Parte do Rio Parahiba		x
318		Sertão Ocupado por Indios Bravos	x	
319		R. de Imbe		x
320		R. Macabu		x
321	Frade ?		x	
322			Aldea dos Indios Guaralhos	x
323			Engenho El Rey	x
324		R. Novo	x	
325		R. Parahibuna		x
326	Azevedo		x	
327	Queiros		x	
328	Antonio e Moreira		x	
329	Mai de Mor		x	
330	Juis de Fora		x	
331	Marmelo		x	

332	Medeiros ?			x	
-----	------------	--	--	---	--

Tabela 4

Tabela dos topônimos utilizados para a apropriação jurídica da Capitania do Rio de Janeiro 1565 - 1566			
Ano	ID	Indígenas	Europeus
1565	1	Rio Iguazú	Banda Noreste
1565	2	Pernaguá açu, rio de Hequaçu	
1565	3	Meresgitiba	
1565	4	Costa de Piragepe	
1565	5	Costa de Piragepe	
1565	6	Costa de Piragepe	
1565	7		Casa de Pedra, mar bravo, Gávea
1565	8		dentro da baía
1565	9		Praia Grande, Lage
1565	10	Piratinim	Banda d'além
1565	11	Quarihy, Birapitanga	Banda do Cabo Frio
1565	12	Quarihy, Birapitanga	Banda do Cabo Frio
1565	13	tapera de Inhaúma	
1565	14	Peratinim	Enseada de Cabo Frio
1565	15	Quariú	Banda d'além
1565	16	Caminho de Piratinim	Enseada de Cabo Frio
1565	17	Banda da Carioca	
1565	18	Guaçu	
1565	19	Piraguanopam	
1565	20	Inbú	
1565	21	Rio Magepe	
1565	22	Rio Yguoaçu	
1565	23	Rio Corumure	Banda do Cabo Frio
1565	24	Banda da Carioca	
1565	25	Curumure	
1565	27	Aguapituba	
1565	28	Sorehy, Ilha Paquatá	
1565	29	Banda de Pernaguá	
1565	30	Costa de Piragepe, Pernaguá	
1565	31	Gequeaaasuum, Petiriba	Ilha do Gato
1565	32	Banda da Ribeira da Carioca	Casa de Pedra
1565	33	Costa de Piragepe	
1565	34	Costa de Piragepe	
1565	35	Costa de Piragepe	
1565	36	Costa de Piragepe	
1566	37	Igoaguaçu	
1566	38	Igoaguasu	
1566	39	Itiuna, rio Berithy	
1566	40	Magepe	
1566	41	Pernaguá	
1566	42	Enseada de Piraquanopam	
1566	43	Ibiúna	
1566	44	Tijuga	boca da Barra
1566	45	rio Jabiburaqua (ou Ibiburaqua), Piraquanopam	

1566	46	Piracanopam	
1566	47		Lagoa que está detrás da cidade
1566	48	Piracanopam	
1566	49	Piaçaba da aldeia de Tambeí, piaçaba de Uratimbú	
1566	50	Itiuna, Arobaí	
1566	51	Tiúna	
1566	52	Magepe	
1566	53	Piragepe	Costa da baía
1566	54	Rio Iguaçú	
1566	55	Itambeí	
1566	56	Itambeí	
1566	57	Magepe	
1566	58	Banda da Carioca	
1566	59	Paquetá	
1566	60	Murutiba, Muritiba	

Tabela 5

Tabela dos topônimos utilizados para a apropriação jurídica da Capitania do Rio de Janeiro 1566 - 1600			
Ano	ID	Índigenas	Europeus
1567	61	Parnapucú	Gato
1567	62	Inhaúma	
1567	63	Inhaúma, aldeia de Pindobuçú	
1567	64	Leripe	
1567	65	Leripe	
1567	66		Gávea
1567	67		Dentro nesta baía, Banda d'além
1567	68		Dentro nesta baía, Banda d'além
1567	69		Praia Grande, Banda d'além
1567	70	Macacú	
1567	71	Guavaçú	
1567	74		Tapera do Gato
1567	75	Magepe	
1567	76	Taquaatiba, aldeia de Piraquaim	
1567	77		Gávea
1567	78	Guavaçú	
1567	79		Barreiras vermelhas
1567	80	Ubirapitanga	Costa da banda do Cabo Frio
1567	82	Piracanopam	
1567	83		Gávea
1567	84	Suasunhã	
1567	85	rio Macacu	
1567	86	rio Macacu	
1567	87	aldeia de Juraaçú-mirim	
1567	88	Birapitanga	Cabo Frio
1567	89	Inhaúma	
1567	90	rio Suruí	
1567	91	Sapopemba	
1567	92	Sapopemba, Iguacú	
1567	93	na barra do Inhomirim	
1567	94	Costa de Pernaguá	
1567	95	Costa de Pernaguá, rio Itinga	
1567	96		Banda d'além
1568	97	Quatimgaa	
1568	98	Teremure, Leyrype (ou Meyoripe)	
1568	99		Banda d'além
1568	100	Magepe	
1568	101	Iguavaçú	
1568	102	rio Jacarega	
1568	103	Iguavaçú	
1568	104	Itinga, Qutietá (ou Qutijita)	
1568	105	rio de Inhomirim	
1568	106	rio Macacú	
1568	107		Cidade Velha, Caminho que vai para a lagoa, Banda d'além
1568	108		Dentro nesta baía, Barreiras vermelhas, Banda d'além
1568	109	Eubirapitanga	
1568	110	Eubirapitanga	
1568	111	Caminho de Pirapitanga	Banda do Cabo Frio
1568	112		Banda d'além
1568	113		Banda d'além
1568	115	Inhaúma	

1568	116	Inhaúma	
1568	119	Sapupema	
1568	120	Tahybehoy, rio Mariguoy, rio Sirithiba	Barreiras vermelhas
1568	121	Banda do Carioca, Ilha Aquotieta	
1568	122	Banda do Carioca, Ilha Aquotieta	
1568	123		Cidade Velha, Banda d'além
1568	124	Irajá	
1568	125	rio Inhomirim	Aldeia das Velhas
1568	126	Aldeia de Sapopema	
1568	127	Inhomirim	
1568	128	rio de Merity, piaçaba da aldeia de Jacutinga	
1568	129	Piraquara	
1568	130	rio Magé	
1568	131	rio Magé	
1568	132	Carioca	
1568	133	Jacutinga, Tapeiobaia	
1568	134	rio Iguaçú	
1568	135	Carioca	
1568	136	boca do rio Inhomirim	
1568	137		Cidade Velha
1568	138	Costa de Piragepe	
1568	139	Corumurepe	
1569	140		Ilha de Virgalhão
1569	141		Banda d'além
1569	142	Guarapiranga	
1569	143		Ilha de Virgalhão
1569	144	Inhaúma	
1569	145	rio Uvaçú	
1570	146	Guaxindiba	
1570	147	Banda da Tijuca	Gávea
1570	148	Liriepe	Banda d'além
1570	149	rio Aguapeiaçú, rio Paquoquaia, Macacu	
1570	151	Yguoasu, piaçava da aldeia Guatiguaba	
1570	152	Piíba	
1571	153	Rio Magepe	
1572	154	Acaramandaíba	Serra
1572	155	Iguaçú	
1572	156	rio Paraimirim, rio Inhambuí	
1572	157	rio de Suruí	
1572	159	Iguaçú	
1572	160	rio Guaxindiba	
1573	161	Paranaguape	Tapera do Gato
1573	162	rio Iriri	
1573	163	rio Aguapeí	
1573	165	rio de Maragoí	
1573	166		desta cidade
1573	168	rio de Juaçu, Tejuga	
1573	171	Maricá	
1573	172	rio Jaguaré, rio Suruí	
1573	173	Liriuçú	
1573	174	Juquianaçú, Ilha Aporitiba	Ilha do Gato
1574	175		Cidade Velha
1574	176		Cidade Velha, costa do mar brabo
1574	177	ilha de Maricá	
1574	178	Rio de luaçu, piaçava da tapera, tapera de Marrambaia	
1574	179	Rio Magé	

1574	180	Rio Magé	
1574	181	Rio de Iguaçu	
1574	182	rio de Leri	
1574	183	laçum (ou laym, ou Yaçú)	
1576	184	Macacu	
1577	186	Sarapuí	
1577	187	rio Meriti	
1578	188	rio de Inhomirim	
1578	189	rio de Upabuna, Meriti	
1578	190	outoeiro de Varasatiba	
1578	191	rio de Quapibariba, Iguaçú, rio de Capibariba, rio Aguaçu	
1578	192	Sireí (Suruí)	
1578	193	rio de Suruí	
1578	194	rio de Meriti	
1578	195	rio de Suruí	
1578	196	rio Macucu	Colégio da Companhia
1578	197	Ilha Muritiba	
1578	199		
1578	200	rio de Inhomirim, rio de Saracoruna	
1578	201	Mariatiba, lagoa de Maricá	
1578	202	rio de Casserabu, outeiro de Tapacurá, rio de Macacu	
1578	203	rio de Saracuruna	
1578	205	rio de Casserabu, ribeiro Muturuapira, ribeiro Icombica, ribeiro Mutuapira, ribeiro Combica	
1578	207	rio de Casserabu, barra do ribeiro de Mutuapira	
1578	209	taperas de Jaguararé	
1578	210	taperas de Jaguararé	
1579	211	Suaçunhã	Banda d'além
1579	212	Suaçunhã, porto de Birapitanga	
1579	213	Lirí	Banda d'além
1579	214	Capibari, Morobaí	
1579	215	Tapacurá	
1579	216	rio de Meriti	
1579	217	Macucu	Banda d'além
1579	218	Iguaçunhanhão	Banda d'além
1579	219	Iguaçunhanhão,	
1579	220	rio de Guaxandiva, rio de Margoí	
1579	221	Tapera de Jacutinga, tapera de Taquaruçú	
1579	222	Margoí	
1579	223	rio Casserabu	
1579	224	rio Macacú	
1579	225	Jumirim, Guaguaçu, Igaembijabaia (ou Igaembiyobaia	
1579	226	rio de Guaxindiba	
1579	227	rio Magé	
1579	228	Iguaguaçú	
1579	229	rio de Iguaguaçú	
1579	230	Araçatiba	
1579	231	rio de Guaratiba	rio dos bagres
1581	232	Orubuapira, praia de Irajá, Taquoarutusiba	Campo novo
1582	233	Guaxindiba	
1582	234	rio de Aguaçu	
1583	235	Piracoura, Juiari	
1583	236	Piracoura, Juiari	
1586	237	Quaramuro	

1586	238	Jaguaré	
1586	239	Jaguaré	
1586	240	Piratininga	Banda d'além de Cabo Frio
1586	241	rio de Saracuruna	
1586	242	Tijuca	
1586	243	Tijuca	rio dos robalos
1586	244	Urubuapira, outeiro de Jorisinonga	
1586	245	Hurubuapia (ou Eurubiapia)	
1587	246		
1588	247	Gaindu, Serra de Yoyoro	
1588	248	Juriari	
1589	249	Gaaçú	
1589	250	Carahy	Banda d'além
1589	251	Gericinó, Meriti, Pabuna e Sarapuí	
1589	252	Iguaçú, rio Capivariba	
1590	253	rio Guapi, rio de Iri	
1590	254	praia de Itaipú	
1590	255		Cidade Velha
1590	256	Maricá	
1590	257	Sarapuí, Iguaçú	
1591	258	rio de Capivari	
1591	259	Jerepatiba (ou Inaiatiba), campos e matos de Juiari, Tamanduá, Guandú.	
1592	260	Jagiaré, rio Iguaçú	
1592	261	Jaguaraé	
1592	262	Guandú	
1592	263	rio de Maripopu	
1592	264	tapera de Quasaíba	
1593	265		Lagoa
1593	266	morro de Guaratiba	
1593	267	Iguacú	
1593	268	lagoa de Maricá	
1593	269	rio Guandú, Maripocú	
1594	272	Ilha de Quotiata	Ilha do Gato, Banda d'além
1594	273	rio Aguapeiaçú, lagoa Mamaguarihi	
1594	274		
1594	275	Tiguga, Joá, serra de Guaratiba, engenho de Cascadura	
1594	276	Ponta de Maraiatiba	
1594	277	Ponta de Maraiatiba	
1594	278	Morro de Mamaretiva, morro de Saquarema	
1595	279	Jaguaré	
1595	280	rio Macacú	
1595	281	rio Macacú	
1595	282	Maricá, rio Buessuí (ou Buesahy	
1595	283	Inoã	
1595	284	Inoã	
1595	285	Maricá, rio Buessuí (ou Buesahy	
1595	286	Quapibary	
1595	287	rio Guandú	
1595	288	rio Guapiguary	
1595	289	Maricá	
1596	290		Olaria desta cidade
1596	291		Olaria desta cidade
1596	292	rio guandú	
1596	294	ponta de Tramandoateí	
1596	295	rio Quapivari	
1596	296	Suruí	

1596	297	Suruí	
1596	298	Irajá	
1596	299	Capivari	
1596	300	Guaxindiba	
1596	301	Piraquanopam	
1597	302	rio de Macacu	
1597	303	rio de Aguaçú	
1597	304	Aguapeiaçú	
1597	305	Macacú	
1597	306	Saracuruna, Jaguaré	
1597	307	rio de Inhomirim	
1597	308	rio de Inhomirim	
1597	311	rio Guaxindiba	
1598	312	rio Macacú	
1598	313	Macacú	
1598	314	Jaguaré	
1598	315	rio de Tuomotaí, Guaxindiba	
1598	316	lagoa de Maricá	
1598	317	rio Quasamandaíba	
1598	318	rio Quaramandaíba	
1598	319	rio Guapiaçú	
1598	320	Sarapuí	
1599	321	Outeiro de Jorissinonga	termo desta cidade

Tabela 6

Sesmarias concedidas no Rio de Janeiro pelo capitão-mor de São Vicente		
Beneficiário	Data	Localização
Jorge Pires e seu filho Simão da Mota	02/09/1564	Na primeira cidade ou vila que ali [Rio de Janeiro] se fizesse
Jorge Ferreira [Bulhões] e seu genro Domingos Garocho	10/12/1654	Confinando com Jorge Pires, além da Carioca, indo direto à casa de pedra e cortando o Pão de Açúcar, que está na Barra, até sair a costa à costa do mar, e uma ilha de mato que está acima da Fortaleza do Vilagalhão
Pedro Martins Namorado e José Adorno	?	No Rio de Janeiro, na direção de uma aldeia que se chama Itaoca.
Antônio Rodrigues de Almeida	06/01/1565	Hum pedaço de terra no Ryo de Janeiro a saer: Partindo com Pedro Martins Namorado, e com Ioze Adorno athe entestar, com huma Aldeya, que por nome dos Indioz Se chama ytaoca, correndo ao Longo do ditto Ryo
Manoel de Oliva de Mendonça	09/01/1565	Na povoação que ia a fundar-se

Tabela 7

Tabela das datas de fundação / elevação das paróquias e freguesias no Rio de Janeiro				
Freguesia	Igreja	Fundação	Elevação	
Nossa Senhora da Apresentação de Irajá	Nossa Senhora da Apresentação de Irajá	1624	1644	
	Nossa Senhora da Ajuda	s/d		
	Nossa Senhora da Piedade	s/d		
	Nossa Senhora do Desterro	1650		
	Nossa Senhora da Conceição	s/d		
	São João Batista	1737		
	Nossa Senhora da Penha	1734		
	Nossa Senhora da Conceição	1740		
	São João de Miriti	São João de Miriti		1647
	São Mateus	1637		
	Nossa Senhora da Conceição	1708		
	Nossa Senhora da Conceição	s/d		
	Nossa Senhora da Ajuda	1700		
	Nossa Senhora do Bonsucesso	1728		
São Gonçalo	São Gonçalo		1645	
	Nossa Senhora da Luz	s/d		
	Nossa Senhora da Esperança	1710		
	Nossa Senhora do Rosário	1713		
	Santa Ana	1713		
	Nossa Senhora da Conceição	1714		
	Santíssima Trindade	1729		
	Santa Ana	s/d		
	São Francisco	1747		
	Nossa Senhora do Desterro	1730		
	São Tomé	1746		
Nossa Senhora do Desterro de Itambi	Nossa Senhora do Desterro	1600	s/d	
	Nossa Senhora da Conceição	16?		
	Nossa Senhora do Carmo	s/d		
Nossa Senhora do Pilar de Iguaçú	Pilar	1696	1696	
	Nossa Senhora das Neves	s/d		
	Nossa Senhora do Rosário		1730	

	Santa Rita de Cássia		1766
Santo Antônio de Sá (antiga Santo Antônio de Casserebu)	Santo Antônio de Sá (antiga Santo Antônio de Casserebu)	1612	1647
	Nossa Senhora da Glória	1746	
	José da Boa Morte	1734	
	Nossa Senhora de Monserrate	1713	
São João Batista de Itaboraí	São João Batista de Itaboraí	1627	1696
	Nossa Senhora da Piedade	1715	
	Nossa Senhora do Desterro	1718	
	Nossa Senhora do Pilar	s/d	
	Nossa Senhora da Soledade	s/d	
	Nossa Senhora da Conceição	1718	
	Nossa Senhora da Conceição	1733	
Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba	Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba		1647
	Nossa Senhora dos Remédios	1740	
	São Francisco	1745	
	São Lourenço	1760	
São Nicolau de Sururuí	São Nicolau	1628	1647
	Conceição da Santa Virgem	1718	
Nossa Senhora da Piedade de Magepe		1657	1696
	Santa Ana	1737	
	Nossa Senhora de Nazaré	1734	
Santo Antonio de Jacutinga			1657
	Nossa Senhora do Rosário	s/d	
	Nossa Senhora da Conceição	s/d	
	Nossa Senhora do Livramento	s/d	
	Nossa Senhora da Conceição	1731	
	Nossa Senhora Madre de Deus	1743	
	Nossa Senhora da Conceição	1753	
São João da Carií	São João da Carií	1660	1696
	Nossa Senhora da Conceição	1671	
	São Domingos	1652	
	Nossa Senhora da Boa Viagem	1663	
	Nossa Senhora da Conceição	1716	
	São Francisco Xavier	1696	
	São Pedro	1751	
	Santa Rosa	s/d	
	Nossa Senhora da Conceição	1787	

	Santa Ana	1732	
	São Inácio	s/d	
Nossa Senhora do Loreto, e Santo Antonio de Jacarepaguá			1661
	Nossa Senhora da Pena	s/d	
	São Gonçalo	1625	
	Nossa Senhora do Pilar	1776	
	Nossa Senhora da Conceição e São Boaventura	s/d	
	Santa Cruz	1738	
	Nossa Senhora da Anunciação	16?	
Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema	Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema	1662	
	Santo Alberto		
	Nossa Senhora da Conceição	1768	
Nossa Senhora do Desterro do Campo Grande	Nossa Senhora do Desterro do Campo Grande		1673
	Santo Antonio	1725	
	Nossa Senhora do Desterro e São José	1730	
	Senhor Bom Jesus do Arnardo e Nossa Senhora da Conceição	1743	
	Santa Ana	1754	
	Nossa Senhora da Lapa	1765	
Nossa Senhora da Ajuda de Aquapeí-Mirim	Nossa Senhora da Ajuda de Aquapeí-Mirim	1713	1673

Fonte: Pizzarro e Araújo